



2021

RELATÓRIO E CONTAS

MAPFRE SANTANDER PORTUGAL

Índice

[01]

ÓRGÃOS SOCIAIS
P. 3

[02]

RELATÓRIO
DE GESTÃO
P. 5

[03]

CONTAS
ANUAIS 2021
P. 26

[04]

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2021
P. 38

[05]

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS E RELATÓRIO
ANUAL E PARECER
DO CONSELHO FISCAL
P. 105





[01]

Órgãos Sociais

Conselho de Administração (2018-2021)

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Nuno Miguel Frias da Costa

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva (Efetivo) (não é vogal)
Raquel Garcia (Suplente) (não é vogal)

Vogais

Alvaro Castillo del Carpio
Armindo Alberto Bordalo Escalda
Carla Sofia Sanches Gonzalez de Gouveia Teixeira Quinteiro
Francisco del Cura Ayuso

Mesa da Assembleia Geral (2018-2021)

Presidente

Vitor Manuel Silva Reis

Secretário

Raquel Garcia

Conselho Fiscal (2018-2021)

Presidente

José Luis Areal Alves da Cunha

Vogais

António Baia Engana
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço

Suplente

José Gabriel Chimeno

Sociedade Revisora Oficial de Contas

(2018-2021)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio



[02]

Relatório de Gestão

Principais indicadores

Após um ano de queda significativa e ainda num contexto complicado de pandemia, o setor dos Seguros, Vida e Não Vida, conseguiu um crescimento em 2021 de 34,5%, tendo atingido um volume de vendas acima de 13.300 milhões de euros, valor este superior aos atingidos nos seis anos anteriores.

-2,87 M€

Resultado líquido

5,35 M€

Capital próprio

13,30 M€

Ativo

7,95 M€

Passivo

128 %

Rácio de solvência

83 %

Crescimento do volume
de prémios emitidos
Automóvel

4,24 M€

Prémios brutos emitidos

34,5 %

Crescimento do mercado

47 %

Crescimento do volume
de prémios emitidos

01

Enquadramento Socioeconómico

Portugal destacou-se por ser o primeiro país do mundo a atingir um grau de vacinação de 85% da sua população.

À semelhança do ano anterior, 2021 voltou a ser condicionado pelos efeitos do surto pandémico da Covid-19.

Não obstante dever reconhecer-se o inegável avanço no processo de vacinação, há que assinalar dois aspetos que limitaram a sua eficácia.

Por um lado, parece consensual que a erradicação da pandemia depende muito do equilíbrio que se possa conseguir no contexto mundial quanto ao grau de imunização, e a realidade é que o processo evoluiu de forma muito assimétrica, com os países mais desenvolvidos a alcançarem bons patamares de vacinação das suas populações, enquanto os países menos desenvolvidos se situaram em níveis muito incipientes.

Por outro lado, mesmo nos países onde a vacinação decorreu de forma mais célere, só foi produzindo resultados

ao longo do terceiro trimestre, pelo que na primeira parte do ano ainda se verificaram elevados constrangimentos nas unidades de saúde e na atividade económica.

Neste aspeto, Portugal destacou-se por ser o primeiro país do mundo a atingir um grau de vacinação de 85% da sua população (nível comumente considerado como imunidade de grupo), em resultado da aposta numa equipa de gestão assente numa forte liderança e dotada de uma elevada capacidade de organização.

Apesar das limitações apontadas, a verdade é que, em termos económicos, se observou alguma recuperação da atividade a nível mundial, ilustrada no quadro 1, uma evolução muito positiva e que confirmou o tão badalado padrão de recuperação em V em detrimento do padrão em U, dicotomia que tinha sido objeto de vasta discussão ao longo do ano anterior.



Em 2021, apesar dos efeitos do surto pandémico da Covid-19, em termos económicos, já se observou alguma recuperação da atividade e do PIB, com um crescimento de 4,8%.

QUADRO 1 Indicadores da economia mundial

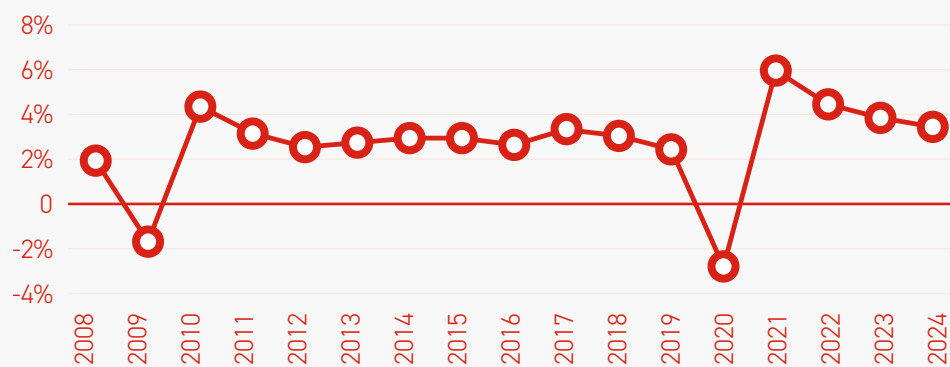
	2019	2020	2021	2022
PIB (% crescimento)	2,7	(2,8)	5,9	4,4
Comércio (% crescimento)	1,0	(8,3)	10,2	4,5
Cotação petróleo (Euros)	57,2	36,3	60,8	68,5

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico de dezembro 2021)

Porém, essa recuperação da atividade evidenciou um efeito colateral da pandemia, traduzido por uma forte disrupção nas cadeias logísticas e de produção, que ameaça condicionar os tempos mais próximos e levar a um achatamento do padrão mencionado.

Começaram a ser frequentes as referências ao aumento do preço dos combustíveis derivado do disparo da procura, à falta de *chips* com implicação na paragem das linhas de produção automóvel e de outras indústrias, bem como à falta de contentores para transporte marítimo, com o conseqüente efeito no aumento exponencial do seu custo e no atraso dos fornecimentos.

GRÁFICO 1 // Evolução do PIB (% crescimento anual)



Fonte: Banco Mundial e Banco Portugal. Dados 2020-24 estimativas.

Por sua vez, o mercado da energia, influenciado adicionalmente pelos custos da agenda internacional para a descarbonização, entrou num período de turbulência que se traduziu num aumento significativo dos preços, com impacto relevante, principalmente, nas indústrias.

Esta realidade levou a um aumento da inflação em geral e do custo das matérias primas em particular, para níveis que já não se viam há alguns anos a esta parte.

Apesar de ainda não ser claro se estaremos perante um aumento pontual ou mais duradouro, e do Banco Central Europeu continuar a afirmar o seu compromisso em manter medidas de estabilização monetária, mantém-se a sensação de que este movimento poderá estar a potenciar uma inversão da tendência de baixas taxas de juro que tem caracterizado os últimos anos e, com ele, um impacto nos mercados financeiros que poderá produzir efeitos bastante adversos nas economias, em especial naquelas que apresentam elevados índices de endividamento.

Em Portugal, relativamente ao nível da vacinação, foi atingida a imunidade de grupo em meados de outubro. Em relação ao PIB verificou-se um crescimento mais expressivo no primeiro semestre, porque comparava com o período de confinamento mais severo, diminuindo um pouco a partir do terceiro trimestre, face à ligeira recuperação da atividade observada no mesmo período do ano anterior, devendo acabar por terminar dentro do esperado para a globalidade do ano, situando-se num valor muito próximo do observado antes do período de pandemia, o que corresponde a um crescimento de 4,8% em 2021.

Aparentemente, o fim das medidas de apoio excecional como, por exemplo, as moratórias dos financiamentos das empresas e particulares e o *layoff* simplificado, não teve um impacto negativo no desempenho da economia.

Embora com variações diferenciadas entre setores, o emprego apresentou um crescimento, fazendo recuar a taxa de desemprego para os 6,6% assim como a remuneração média para o qual contribuiu substancialmente o aumento do salário mínimo.

Este comportamento do emprego teve como consequência um crescimento do rendimento disponível, o qual, associado a uma descida gradual da taxa de poupança por via da redução da incerteza, em especial no segundo semestre, puxou pelo consumo privado que se tornou num forte dinamizador da economia.

Também as exportações deram um contributo importante para o crescimento do produto, pois aumentaram significativamente em resultado do dinamismo da procura externa. Ainda que alguns setores, como o automóvel, tivessem sofrido o efeito negativo da perturbação nas cadeias de abastecimento e o turismo tivesse sido fortemente afetado pelo confinamento no primeiro trimestre, outros setores recuperaram para níveis acima do período pré-pandemia.

O investimento apresentou igualmente um comportamento favorável, sustentado pelas expectativas de recuperação e pela entrada dos fluxos dos fundos europeus a partir do segundo semestre do ano.

Completando o pleno de contributos para o incremento do PIB, até o consumo público evoluiu de forma ascendente, essencialmente por via da despesa associada ao aumento do número de funcionários públicos e dos gastos na aquisição de bens e serviços na área da saúde.

Por sua vez, a inflação foi quase inexistente na primeira parte do ano, mas aumentou no segundo semestre como consequência do aumento do preço das matérias-primas e da energia, que se verificou mundialmente, facto que não pareceu modificar o sentimento globalmente favorável por parte dos operadores económicos.

Porém, quando os ventos corriam de feição à economia, com quase todos os indicadores a evoluírem positivamente e a concretizar-se a anunciada entrada de fluxos financeiros europeus jamais vistos, provenientes do Plano de Resiliência e Recuperação (PRR), dois acontecimentos vieram trazer alguma perturbação.

Um foi a não aprovação do orçamento do Estado para o ano 2022, que desencadeou um processo de eleições antecipadas, refreando as expectativas económicas e reduzindo o potencial de crescimento previsto para o ano seguinte, em especial pelo facto da libertação dos aludidos fundos europeus estar dependente da apresentação de projetos estratégicos concretos, algo muito difícil de conseguir com um governo a exercer funções de mera gestão corrente.

O outro foi o aparecimento de uma nova variante do vírus, causadora da Covid-19, conhecida como "Ómicron", responsável pelo aumento do número de infetados,

dado o seu maior grau de transmissibilidade. Apesar de, aparentemente, a proteção conseguida através do processo de vacinação contribuir para situar a gravidade das infeções e o número de internamentos num nível mais abaixo do que tinha acontecido no ano anterior, foram tomadas várias medidas de contenção que vieram limitar a fluidez da economia.

No momento em que este relatório está a ser elaborado, não são ainda claras as consequências do novo surto nem as opções políticas e estratégicas do novo governo para os próximos anos, pelo que qualquer comentário que se possa fazer tem que se cingir às estimativas que datam do final do ano 2021, nomeadamente as do Banco de Portugal usadas como referência.

Tais estimativas apontam no sentido de uma evolução positiva da economia, traduzida num crescimento do PIB de 5,8% que é desejável que se concretize, mas sem deixar de realçar o clima de incerteza que as rodeiam em função dos vários motivos já referidos.

QUADRO 2 Indicadores económicos de Portugal

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PIB	2,8	2,4	2,2	(8,4)	4,8	5,8
Consumo privado	2,3	3,1	2,4	(7,1)	5,0	4,8
Consumo público	0,2	0,9	0,7	0,4	4,8	1,4
Investimento	9,2	5,8	5,4	(2,7)	4,9	7,2
Exportações	7,8	3,8	3,5	(18,6)	9,6	12,7
Importações	8,1	5,8	4,7	(12,1)	10,3	9,3
Taxa de desemprego	8,9	7,0	6,5	7,0	6,6	6,0
Índice preços consumidor	1,6	1,2	0,3	(0,1)	0,9	1,8
Saldo das contas públicas	(1,4)	(0,4)	0,2	(7,3)	(4,3)	n.d.
Taxa de juro a curto prazo	(0,300)	(0,300)	(0,400)	(0,400)	(0,500)	(0,500)

Dados em percentagem – Dados de 2021 e 2022 são estimativas

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (Boletim Económico dezembro 2021)

02

Evolução do setor segurador

O segmento Vida cresceu 69,5% e alcançou os 7.727 milhões de euros, regressando à liderança com uma representação de 58%.

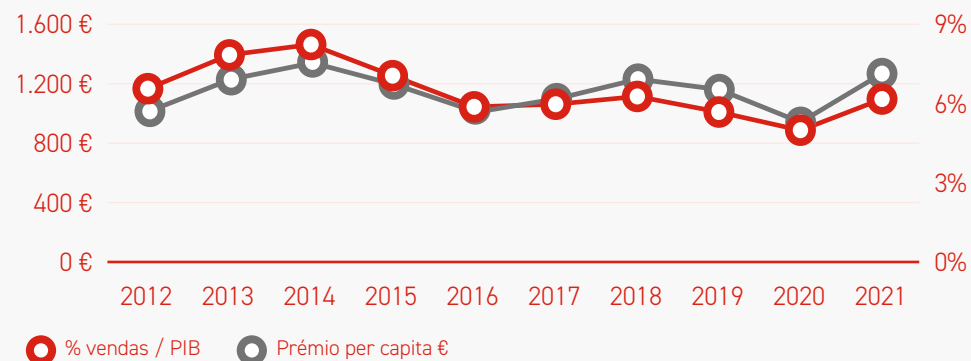


Após um ano de queda significativa e apesar do contexto não menos complicado devido à persistência da pandemia da Covid-19, em 2021 o mercado conseguiu um crescimento bastante expressivo de 34,5% no conjunto de Vida e Não Vida, atingindo um volume de vendas (prémios de contratos de seguro e entregas para contratos de investimento) um pouco acima de 13.300 milhões de euros, cifra superior a todos os seis anos anteriores.

Naturalmente, esta *performance* teve um impacto positivo nos indicadores económicos setoriais do peso sobre o PIB e do prémio médio por habitante que, conforme ilustra o Gráfico 2, inverteram a tendência dos últimos dois anos e aproximaram-se do nível observado no ano 2018, anterior à pandemia.

O maior contributo para este crescimento veio do lado dos produtos de Vida, o que levou à alteração estrutural do volume de negócio, com este segmento de mercado a regressar à liderança que tinha perdido no ano anterior, passando a sua representação para 58%.

GRÁFICO 2 // Penetração do setor segurador na economia



Fonte: APS

Com efeito, o segmento Vida cresceu 69,5% (tinha decrescido 13,9% e 34,8% nos dois anos anteriores) e alcançou os 7.727 milhões de euros, beneficiando do aumento do nível de poupança que se tem vindo a verificar e, talvez, até mesmo de algum redirecionamento de parte daquela que nos últimos dois anos se foi acumulando em depósitos bancários.

A rentabilidade limitada das poupanças resultante da tendência continuada das baixas taxas de juro, que voltou a ser regra em 2021, parece ter levado os clientes a optar por investimentos com algum risco associado, de tal forma que o crescimento conseguido foi essencialmente suportado pelos produtos ligados a fundos de investimento, tanto os Planos Poupança Reforma (PPR) como os restantes produtos de poupança.

Menos exuberante, mas ainda assim relevante, foi o desempenho do segmento Não Vida, que pelo sétimo ano consecutivo se situou em terreno positivo, desta vez com um crescimento de 4,8%, atingindo os 5.619 milhões de euros.

Neste segmento, uma análise mais detalhada por ramos permite destacar uma dinâmica consistente do ramo de Doença, com um crescimento acima de 8% ao

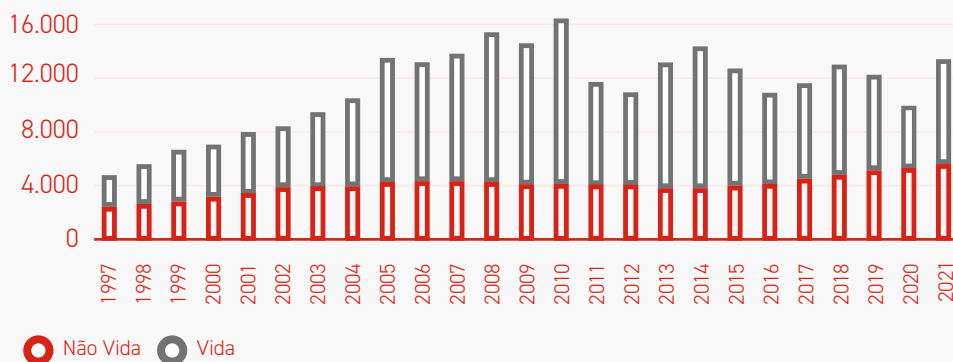
longo dos anos, sendo já o segundo ramo em volume de prémios a seguir ao Automóvel.

Por outro lado, essa análise revela também uma boa dinâmica do ramo de Incêndio, na sua maioria Multiriscos, com um crescimento de 5,8% em 2021, sensivelmente alinhado com a média dos últimos cinco anos.

O ramo de Acidentes de Trabalho que, após alguns anos de forte crescimento derivado das correções tarifárias tendentes à correção do deficit de exploração que se verificava, e que tinha apresentado um crescimento débil em 2020 pelo impacto da Covid-19, terminou 2021 com um incremento de 6,6%, refletindo alguma recuperação da atividade empresarial.

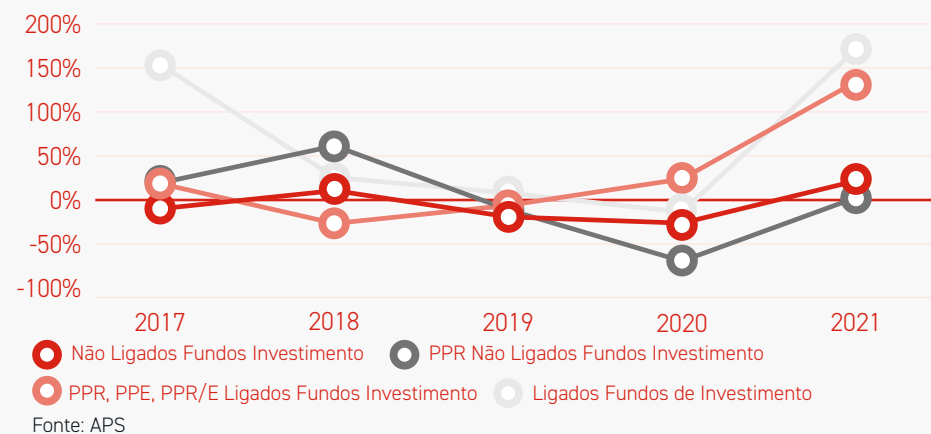
Em sentido inverso, o ramo Automóvel voltou a reduzir a taxa de crescimento, conseguindo uma variação homóloga de apenas 1,1%, certamente influenciada pelo fraco crescimento das vendas de veículos e pela aplicação de medidas compensatórias sobre os prémios, recomendadas pelo supervisor na sequência da redução da exposição ao risco no ano anterior em que foi mais forte o confinamento decorrente da Covid-19.

GRÁFICO 3 // Volume de vendas (milhares euros)



Fonte: APS

GRÁFICO 4 // Taxa crescimento Vida



Fonte: APS

No ramo de Acidentes de Trabalho, a sinistralidade registou uma descida acentuada de 6,5 pontos percentuais para os 68,6%, situando-se, no nível mais baixo dos últimos dez anos.

GRÁFICO 5 // Taxa de crescimento ramos Não Vida

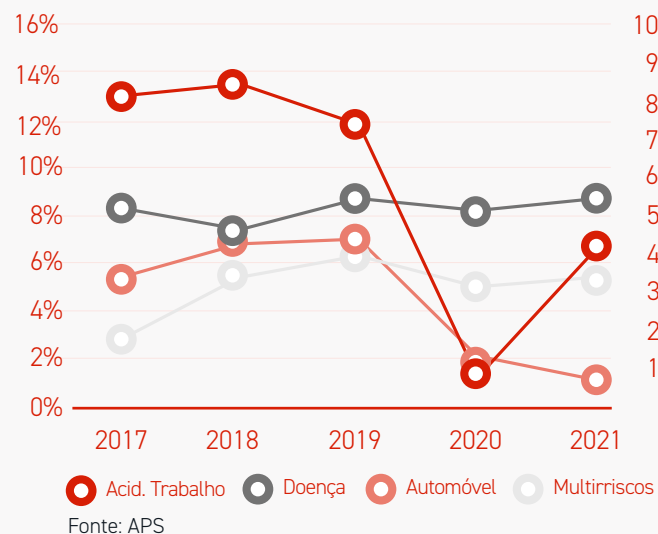
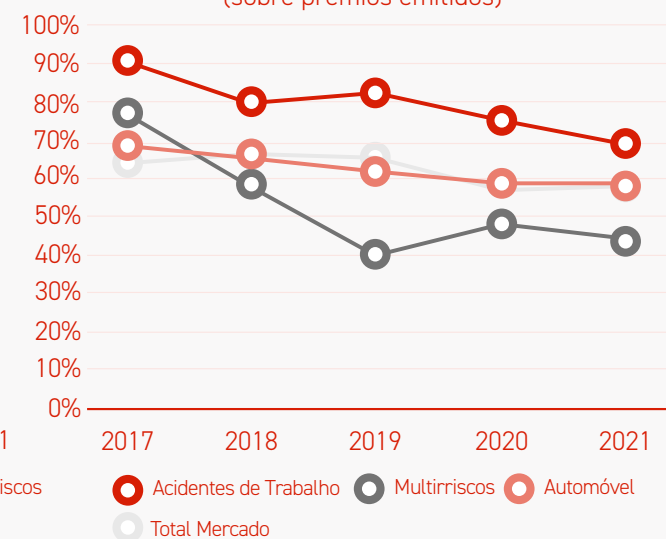


GRÁFICO 6 // Taxa sinistralidade Não Vida (sobre prémios emitidos)



Nota: Sinistralidade não inclui gastos por natureza imputados à função sinistros.

Quanto à sinistralidade Não Vida, verificou-se uma estabilização nos 58,6% na globalidade do segmento, embora uma análise mais detalhada revele comportamentos distintos consoante cada ramo.

No ramo de maior volume de prémios – o Automóvel – registou-se uma subida de 1 ponto percentual até aos 57,9%, parecendo encetar uma tendência ascendente em direção ao nível habitual, acompanhando o aumento da circulação automóvel pós-pandemia.

Nos Multirriscos, depois de ter subido consideravelmente no ano anterior, em 2021 desceu quase 4 pontos percentuais para 44%, em sintonia com o regresso à normalidade da atividade das famílias e das empresas, nomeadamente a redução dos períodos de teletrabalho.

Já no ramo de Acidentes de Trabalho, embora fosse expectável uma subida, tendo em conta que os períodos de paragem da atividade foram bastante menores que no ano anterior em que o confinamento tinha sido bastante forte, a sinistralidade registou uma descida acentuada de 6,5 pontos percentuais para os 68,6%, situando-se no nível mais baixo dos últimos dez anos.

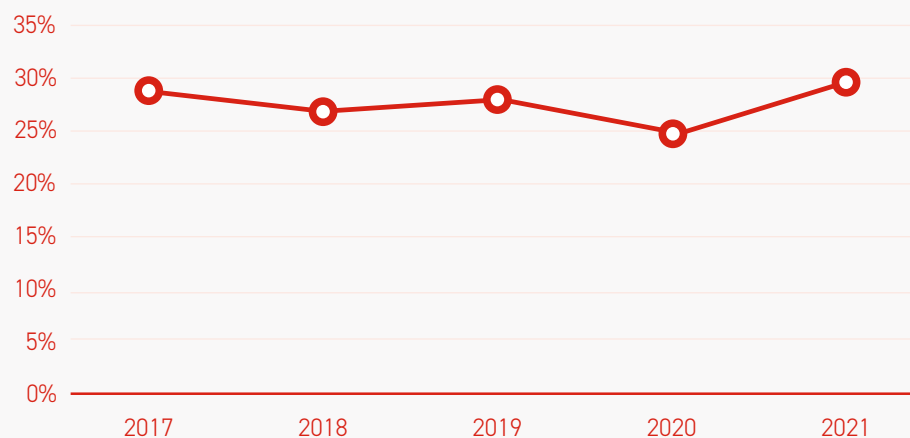
No segmento Vida, a sinistralidade dos produtos de Risco Puro, que no ano anterior tinha apresentado uma evolução contrária às expectativas, situando-se no nível mais baixo dos últimos cinco anos, em 2021 subiu significativamente, cerca de 5 pontos percentuais para 29,6%, percentagem esta que é mais consonante com o contexto pandémico.

Ainda no âmbito da área de Vida, importa deixar uma referência à evolução do fluxo técnico na medida da importância deste indicador associado aos produtos de poupança que, como é sabido, constituem a maior parte do volume de negócio do segmento.

O Gráfico 8 demonstra que o importante crescimento de vendas anteriormente comentado não foi suficiente para compensar as saídas decorrentes dos vencimentos e dos resgates, pois o saldo acumulado no final do ano acabou por ser negativo. Ainda assim, é visível uma tendência de recuperação ao longo do ano, mais expressiva no mês de dezembro.

Quanto ao resultado líquido do setor, não havendo ainda dados concretos, a análise baseia-se em meras expectativas. Assim, não sendo de esperar uma variação muito significativa dos custos de exploração nem dos rendimentos financeiros, dada

GRÁFICO 7 // Evolução da taxa de sinistralidade Vida Risco Puro



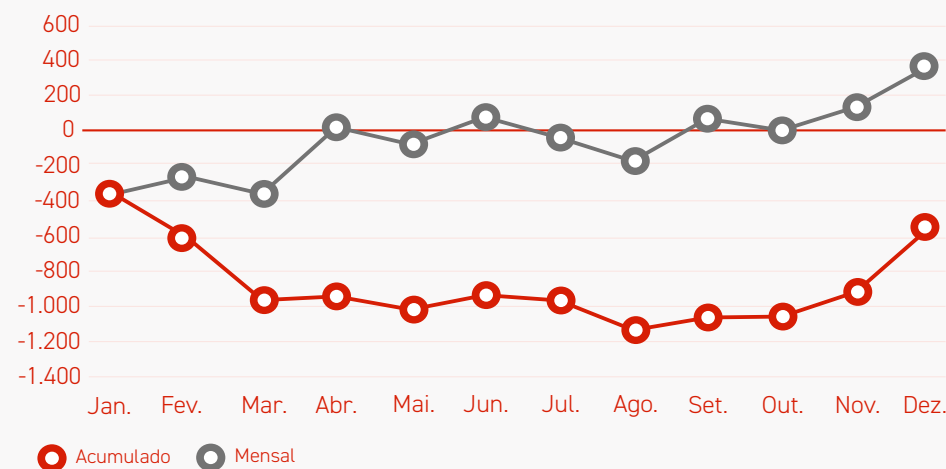
Fonte: APS

a estabilização da taxa de sinistralidade Não Vida e apesar da subida da sinistralidade de Vida Risco, talvez seja razoável estimar uma certa estabilização, de modo que o resultado do ano 2021 não se afastará muito do que foi conseguido no ano anterior, em torno do meio milhão de euros.

Finalmente, em relação ao nível de Solvência, os últimos dados referentes ao apuramento no final do terceiro trimestre disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS), apontam para uma tendência de reforço em relação ao fecho do ano anterior, alcançando um rácio de cobertura do requisito de capital de Solvência de 215%, reforço este que resulta essencialmente do aumento nos fundos próprios elegíveis no balanço de Solvência, derivado de uma redução mais pronunciada do passivo em relação ao ativo.

Este dado revela que, o setor, após ter ultrapassado sem grandes problemas a crise financeira do *subprime*, exposto a mais um *stress*, neste caso associado à pandemia, continua a trilhar o mesmo caminho sólido, situando-se como uma referência positiva nos atores da atividade económica, transmitindo a máxima confiança a todos os *stakeholders*.

GRÁFICO 8 // Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2021 (milhares de euros)



Fonte: APS

03

Atividade da MAPFRE Santander

O volume de prémios emitidos cresceu 47%, atingindo os 4,24 milhões de euros.

Em 2020, a aquisição de 50,01% do capital por parte da MAPFRE – Seguros Gerais e a celebração do acordo de distribuição com o Banco Santander, foi o modelo adotado para unir a experiência de gestão técnica e administrativa do grupo MAPFRE à capacidade de distribuição do grupo SANTANDER, no sentido de impulsionar o negócio da Companhia de forma rentável.

Dessa união, resultou um plano estratégico baseado em três grandes pilares:

- Lançamento gradual de produtos novos e competitivos;
- Foco no canal *bancassurance* através da rede de distribuição do Banco Santander, tanto de balcões como digital;

- Minimização de custos operacionais por via da utilização da infraestrutura técnica e administrativa da MAPFRE, tutelada por um contrato de prestação de serviços.

Uma vez que apenas na parte final do ano 2020 se concluíram todos os trâmites necessários à implementação dos acordos, pode dizer-se que tanto 2020 como 2021 foram anos de transição na atividade da Companhia.

A implementação da estratégia começou a consubstanciar-se através do desenvolvimento de novos produtos, procedendo-se ao lançamento do Multirriscos Comércio e Indústria, ainda em 2020, a que se seguiu em 2021 o Automóvel, no mês de abril, e o Responsabilidade Civil Geral, em novembro.



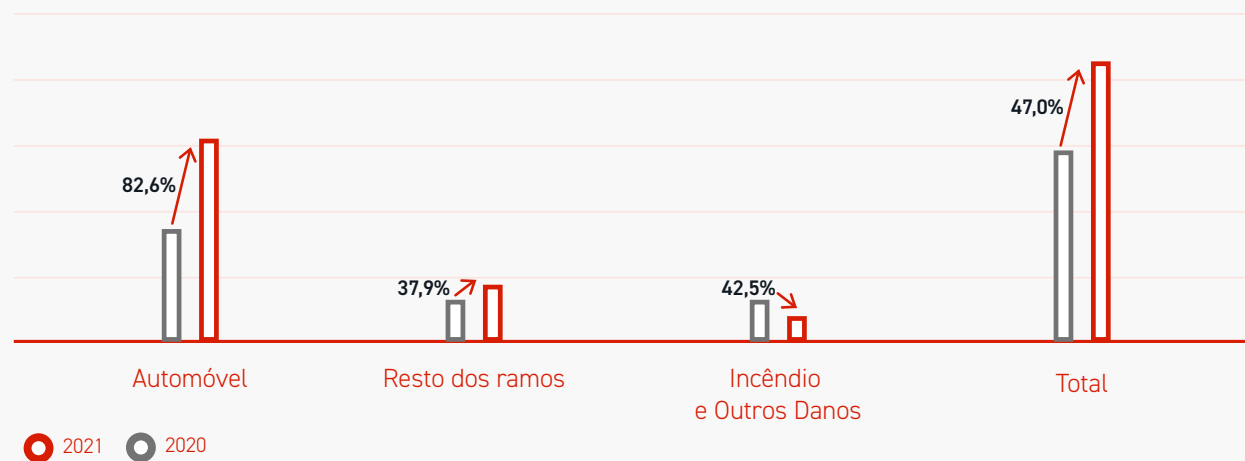
Cabe aqui realçar o envolvimento neste processo das áreas de negócio e tecnologias de ambos os sócios, que permitiu desenhar, construir e operacionalizar a comercialização destes produtos em tão curto espaço de tempo.

A consequência desta dinâmica de lançamentos resultou num incremento significativo de 47% no volume de prémios emitidos, os quais atingiram os 4,24 milhões de euros em 2021 face aos 2,88 milhões do ano anterior.

Naturalmente, porque se trata do ramo de maior massa no contexto do mercado Não Vida, o crescimento mais expressivo foi conseguido no ramo Automóvel que alcançou os 3,06 milhões de euros, um incremento de 1,38 milhões correspondente a 83%, apesar do novo produto ter sido lançado já depois de decorrido o primeiro trimestre de 2021.

O ramo Automóvel registou um expressivo aumento e alcançou os 3,06 milhões de euros, um incremento de 1,38 milhões correspondente a 83%.

GRÁFICO 9 // Evolução dos prémios emitidos



Por sua vez, o ramo de Incêndio e Outros Danos, ainda que em menor volume, registou também um progresso assinalável, atingindo os 0,83 milhões de euros com um crescimento de 37,9%.

Em ambos os ramos estes crescimentos suportaram-se numa excelente taxa de concretização, medida pela relação entre o número de apólices efetivamente contratadas e as simulações de oferta efetuadas, sinal da competitividade e qualidade dos produtos.

No que respeita ao ramo de Responsabilidade Civil Geral, embora as primeiras indicações sejam promissoras, ainda não apresenta um volume relevante, atento o facto de se ter iniciado a comercialização praticamente no final do ano.

Quanto aos restantes ramos, cuja dinamização não faz parte da estratégia delineada, representam um volume reduzido e estão naturalmente numa tendência de *run off*.

Em paralelo com o desenvolvimento de produtos, levou-se a cabo um projeto de migração da carteira de apólices para o sistema informático utilizado pelo sócio MAPFRE, juntando-se assim às apólices dos novos produtos entretanto lançados já através dessa plataforma, de modo a permitir a assunção da prestação de serviços de índole técnica e administrativa prevista na estratégia.

Mais uma vez, com o total empenho das equipas de ambas as entidades, este projeto foi trabalhado e implementado com sucesso, tendo a migração ocorrido no mês de julho, data a partir da qual a prestação de serviços começou a ser concretizada na sua plenitude.

Sendo de realçar o sucesso da implementação, a verdade é que, objetivamente, o facto de apenas ter ocorrido no início do segundo semestre, condicionou as possibilidades de gestão técnica da carteira, nomeadamente o processo de saneamento imprescindível à melhoria das margens de exploração, pelo que a sinistralidade se situou bastante acima das percentagens ambicionadas, atingindo globalmente os 139%, cerca de 32 pontos percentuais acima do ano anterior.

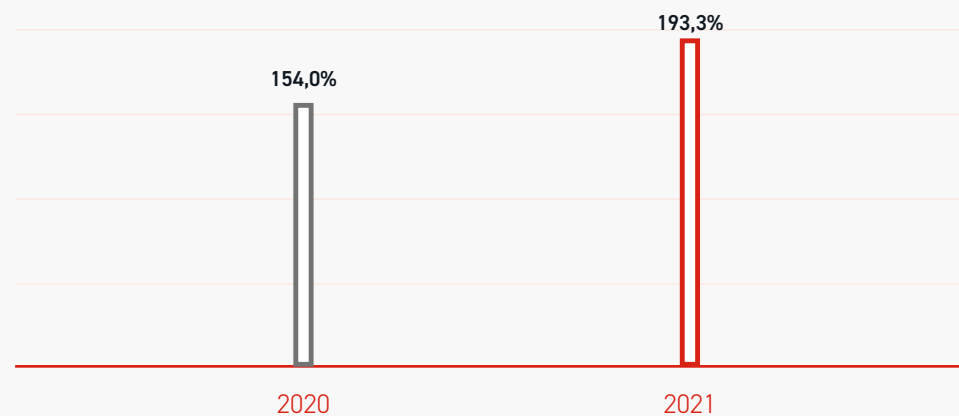
Importa contudo mencionar que aproximadamente 10 pontos desse incremento correspondem à adoção de um critério mais prudente na contabilização dos reembolsos de sinistros nos quais a companhia assumiu a responsabilidade em primeira instância, mas tem o direito de regresso junto dos tomadores ou de outras seguradoras.

Outra vertente que se viu limitada pelo calendário do processo de migração foi o aproveitamento de sinergias inerentes ao contrato de prestação de serviços que teriam permitido conter melhor os custos de exploração, mas que, assim, se agravaram 18,9% em relação ao ano anterior, embora seja de assinalar uma desaceleração ocorrida no último trimestre.

Em consequência do comportamento destas duas variáveis, o rácio combinado elevou-se até aos 193,3%, percentagem que deixa totalmente clara a necessidade de uma correção, a qual se espera conseguir já a partir do ano 2022 através do efeito conjugado do aumento do volume de prémios decorrente da crescente dinamização dos novos produtos, da redução da sinistralidade por via do saneamento da carteira deficitária e da contenção dos gastos associada ao contrato de prestação de serviços da gestão operativa.

Dado o contexto de transição no percurso da Companhia e a conjuntura das taxas de juro extremamente baixas, optou-se por manter as disponibilidades financeiras em depósitos à ordem, deixando para mais adiante a constituição de uma carteira de ativos financeiros, motivo pelo qual a conta de resultados não incorpora qualquer componente de rentabilidade financeira.

GRÁFICO 10 // Rácio combinado



A implantação dos acordos com o Banco Santander ficaram concluídos no final de 2020. Por isso, 2020 e 2021 foram anos de transição na atividade da Companhia.

GRÁFICO 11 // Evolução do Balanço (milhões euros)

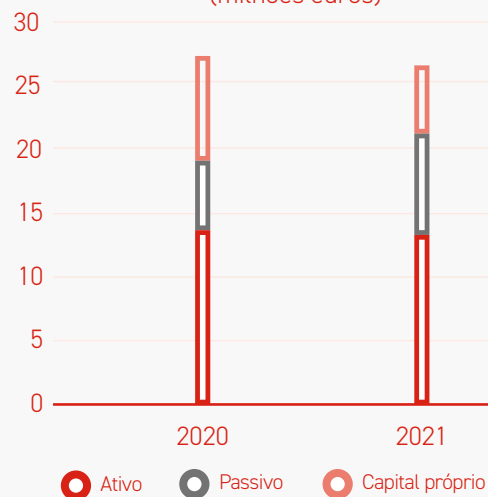
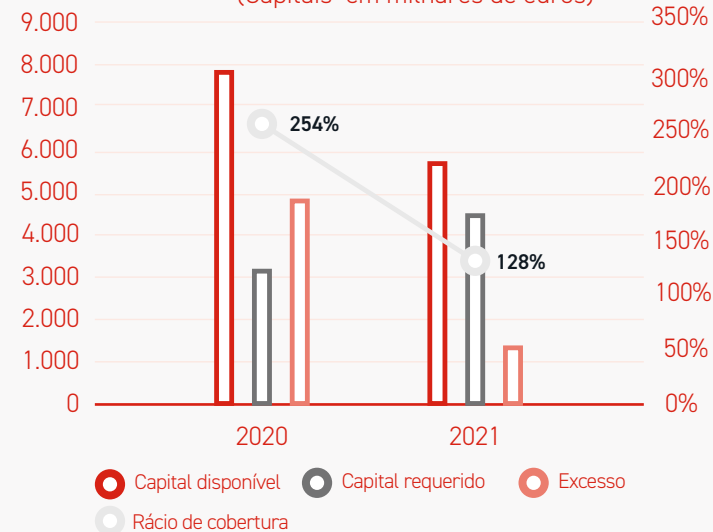


GRÁFICO 12 // Rácio de Solvência (Capitais em milhares de euros)



Como efeito da evolução das variáveis comentadas anteriormente, o resultado líquido do exercício situou-se em terreno negativo pelo montante de 2,87 milhões de euros, no qual se encontra incorporada uma dotação adicional da provisão de riscos em curso de aproximadamente 1 milhão de euros que, dada a sua natureza, será reversível assim que recupere a margem de exploração técnica.

No que concerne ao Balanço, terminou o ano 2021 com uma ligeira redução de 2,7%, situando-se em 13,3 milhões de euros, mas com uma composição modificada em relação ao fecho do ano anterior.

Com efeito, os Fundos Próprios reduziram-se por via do resultado negativo do exercício, situando-se agora em 5,35 milhões de euros, representando aproximadamente 40% do total do Balanço face a 60% no ano anterior, enquanto que o Passivo observou um movimento inverso, situando-se nos 7,95 milhões de euros, um aumento de 2,50 milhões de euros em relação ao ano anterior, especialmente devido à evolução das Provisões Técnicas. No que respeita ao Ativo, as variações de maior magnitude foram, por um lado, o incremento do Ativo por impostos diferidos, associado ao resultado líquido negativo e, por outro, a diminuição das disponibilidades de caixa e depósitos à ordem.

Apesar desta redução nos Fundos Próprios, a Solvência não foi posta em causa, sendo o grau de cobertura do requisito de capital (SCR) de 128%, sensivelmente em linha com o limite de tolerância definido nos acordos parassociais.

No plano da gestão de riscos, ao longo do ano realizou-se um seguimento de alguns indicadores chave para aferir a exposição da Companhia, cujo apuramento final consta no quadro a seguir, através do qual se pode concluir por uma adequada exposição e gestão de riscos.

QUADRO 3 Indicadores de Gestão de Risco

Categoria de risco	Indicadores-chave de risco	Periodicidade	Limites de risco		MSP		
					Período de avaliação anterior (12-2020)	Avaliação do período atual (12-2021)	
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	254%	128%
Risco de Contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	0	0
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	0	0
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	0	0
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	≤ 50 %		> 50 %	0,0%	0,0%
Outros riscos financeiros	Alavancagem Financeira	Trimestral	≤ 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica
	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	≤ 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de Liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	Não calculado	3615%

Antes de terminar a abordagem à atividade, face à aproximação da data de entrada em vigor das normas de contabilidade IFRS 17 e IFRS 9 e dada a relevância do seu impacto esperado nas demonstrações financeiras e na própria gestão da Companhia, é importante deixar aqui uma referência ao estado dos trabalhos tendentes à sua implementação.

Tendo em conta o acordo de prestação de serviços de gestão técnica e administrativa, a Companhia beneficiará dos desenvolvimentos que estão a ser realizados no Grupo MAPFRE e que se caracterizam por duas linhas de trabalho principais.

Uma delas corresponde ao projeto de implementação de duas ferramentas – uma atuarial e outra financeira – desenvolvido na Área Corporativa Financeira para todo o Grupo, as quais serão utilizadas localmente, estando a parametrização da atuarial já terminada e da financeira na fase final.

Outra, tem sido a criação nos sistemas informáticos locais das estruturas de catalogação e extração dos dados necessários para alimentar ambas as ferramentas, cujos trabalhos estão praticamente terminados, encontrando-se atualmente em elaboração a estrutura do novo plano de contas.

No que concerne à implementação das novas normas de contabilidade, está previsto efetuar um encerramento de contas, aplicando já as novas normas a partir do final do primeiro trimestre do ano 2022, em paralelo com os critérios das normas atualmente vigentes, e em janeiro de 2023 dar-se-á a implementação oficial, utilizando os paralelos do ano 2022 para a apresentação comparativa que é requerida nas divulgações de contas.

O envolvimento da áreas de negócio e tecnologias de ambas as entidades no processo de desenvolvimento de dois novos produtos foi fundamental, e permitiu desenhar, construir e operacionalizar a comercialização dos mesmos em tão curto espaço de tempo.

04

Outras informações

A estrutura de governo rege-se por modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficácia do governo societário.



4.1. Capital social

O capital social da MAPFRE Santander Portugal é de 7.500.000 euros, constituído por 1.500.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros cada uma, sendo 50,01% detido pela acionista MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e 49,99% detido pela SANTANDER Totta Seguros, S.A.

4.2. Modelo de governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos nos normativos legislativos e regulamentares.

Neste âmbito, adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos, eleitos por um período de quatro anos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário.
- Conselho de Administração – Composto por um a seis membros eleitos pela Assembleia Geral, nomeando o Conselho de Administração um Presidente e um Vice-Presidente.
- Conselho Fiscal – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado

ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.

- Revisor Oficial de Contas – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração reúne uma vez por trimestre e delibera sobre os assuntos previstos na legislação comercial.

4.3. Política de remuneração dos órgãos sociais

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que compõem o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e consideradas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Santander Portugal, S.A., interessa mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE Santander Portugal, S.A., os seis membros que o integram, são trabalhadores dependentes de cada uma das acionistas, bem como da MAPFRE – Seguros de Vida, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE Santander Portugal, S.A., os respetivos membros auferem uma remuneração mensal, nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas da Assembleia Geral desta sociedade, de 14 de outubro de 2020, e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

Com o total empenho das equipas de ambas as entidades, o projeto de migração da carteira de apólices para o sistema informático da MAPFRE foi implementado com sucesso durante o mês de julho, permitindo a partir daí realizar a prestação de serviços na sua plenitude.

05

Perspetivas para o futuro

Existe total convicção de que nos próximos anos a Companhia alcançará resultados consistentemente positivos e um balanço sólido que permitirá manter um elevado nível de solvência.

Tal como comentado no capítulo dedicado à atividade da Companhia, mediante a entrada no capital por parte da MAPFRE – Seguros Gerais e da celebração do acordo de distribuição com o Banco Santander, 2020 foi um ano de viragem na estratégia focada no lançamento gradual de produtos, na exploração do canal *bancassurance* e na minimização de custos operacionais.

Qualquer alteração estratégica carece de um período necessário à implementação de produtos e à adaptação da estrutura operativa, pelo que consideramos que os últimos dois anos foram um período de transição.

Passado esse período, é já notória uma boa dinâmica de desenvolvimento do negócio, que em conjunto com

a intervenção técnica, já em curso, para saneamento da carteira mais antiga que se apresenta deficitária e a estabilidade operativa entretanto conseguida, conduzirão à desejada rentabilidade de exploração.

Muito relevante tem sido o compromisso dos acionistas com o desenvolvimento da Companhia, formalmente selado através do acordo parassocial, pelo que consideramos estarem reunidas todas as condições para encarar os desafios futuros com bastante otimismo.

Por tudo isto, é nossa total convicção de que poderemos apresentar nos próximos anos resultados consistentemente positivos e um balanço sólido que permitirá manter um elevado nível de solvência.



O plano de continuidade de negócio do qual a Companhia dispõe é sólido e robusto para ultrapassarmos com confiança as dificuldades que possam ainda advir do impacto da Covid-19, agravadas pelo conflito internacional, sem colocar em causa o desenvolvimento da atividade.

É certo que continua a pairar a incerteza associada à pandemia da Covid-19, porém, apoiados no plano de continuidade de negócio de que dispomos e que já deu provas concretas da sua robustez, continuamos confiantes de que seremos capazes de ultrapassar as dificuldades que possam advir sem colocar em causa o desenvolvimento da atividade e os indicadores patrimoniais da Companhia, nomeadamente a liquidez e os níveis de capital.

No seguimento dos acontecimentos mais recentes já em 2022, em que eclodiu um conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e Bielorrússia. Estas sanções estão a ser implementadas num curto espaço de tempo e poderão incluir outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestir-se de várias naturezas, tais como: 1) disrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) efeitos específicos nos setores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros, resultantes das sanções aplicadas e 4) aumento da incerteza

na economia global. Estes eventos e as condições de mercado atuais podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras das entidades.

O Conselho de Administração da Companhia tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes, investimentos e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatárias, ao longo de seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transações.

Como consequência, a Companhia realiza procedimentos de atualização da sua carteira de investimentos e contrapartes, tendo por base as atualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data, a Companhia não detetou situações materialmente relevantes nas suas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021. Não obstante, o Conselho de Administração continuará a acompanhar este processo durante o exercício de 2022.

Pelo contexto adverso e complexo em que se desenvolveu a atividade nos últimos anos, tem sido relevante o contributo de todos os que se relacionam com a Companhia, de uma forma direta ou indireta.

06

Agradecimentos

Uma menção para a inexcelável dedicação, capacidade de adaptação e resiliência dos recursos humanos da Companhia.



Pelo contexto adverso e complexo em que se desenvolveu a atividade nos últimos anos, tem sido muito importante e gratificante poder contar com todos os que, de uma forma direta ou indireta, se relacionam connosco.

Permitimo-nos destacar a confiança dos nossos clientes a quem queremos reforçar e assegurar o nosso compromisso de continuar a trabalhar para lhes proporcionar uma boa qualidade de serviço e a disponibilizar produtos adequados às suas reais necessidades.

Uma menção também para a inexcelável dedicação, capacidade de adaptação e resiliência dos nossos recursos humanos que têm feito jus à designação de capital humano.

Também de referir a aportação da rede de mediadores que tem sabido reinventar-se e acompanhar a transformação das relações e da forma de fazer negócio.

A boa qualidade de serviço não seria possível sem contar com o suporte dos fornecedores de bens e serviços, também eles sujeitos a muitos condicionalismos, cuja capacidade de resposta merece destaque.

Uma referência especial aos nossos resseguradores por terem continuado a acreditar e a confiar na nossa gestão e nos ajudarem a mitigar os riscos.

Também um agradecimento ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, os quais se pautaram por uma estrita independência, conforme se deseja no exercício do seu papel de órgãos de fiscalização.

Terminamos destacando com apreço, a colaboração institucional da parte da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, que enquanto regulador tem assegurado a estabilidade do setor, bem como da APS – Associação Portuguesa de Seguradores que tem contribuído para a coesão do mercado.

07

Aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, negativo no montante de 2.870.372,47 euros, seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados, tendo em vista a sua recuperação futura.

Lisboa, 18 de março de 2022

O Conselho de Administração

Luís Anula Rodriguez
(Presidente)

Alvaro Castillo del Carpio
(Vogal)

Carla Sofia Sanches Gonzalez de Gouveia Teixeira Quinteiro
(Vogal)

Francisco del Cura Ayuso
(Vogal)

Armindo Alberto Bordalo Escalda
(Vogal)

O Secretário

Pedro Ribeiro e Silva



[03]

Contas Anuais 2021

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021			Exercício anterior (2020)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	Ativo				
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10.698.409,71		10.698.409,71	11.951.862,14
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
	Ativos financeiros disponíveis para venda			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
	Outros ativos tangíveis			0,00	0,00
	Inventários			0,00	0,00
4	Ativos sob direito de uso	27.122,63	6.457,77	20.664,86	0,00
	Goodwill			0,00	0,00

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021		Exercício anterior (2020)	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos		Valor líquido
	Outros ativos intangíveis			0,00	0,00
5	Provisões técnicas de resseguro cedido	1.059.246,75		1.059.246,75	1.078.772,23
	Provisão para prémios não adquiridos	259.811,51		259.811,51	209.338,46
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	799.435,24		799.435,24	869.433,77
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			0,00	0,00
6	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	475.737,01	129,81	475.607,20	339.730,15
	Contas a receber por operações de seguro direto	207.302,24	129,81	207.172,43	148.396,62
	Contas a receber por operações de resseguro	106.497,09		106.497,09	129.500,07
	Contas a receber por outras operações	161.937,68		161.937,68	61.833,46
7	Ativos por impostos e taxas	1.043.357,02		1.043.357,02	289.039,12
	Ativos por impostos correntes	738,00		738,00	0,00
	Ativos por impostos diferidos	1.042.619,02		1.042.619,02	289.039,12
	Acréscimos e diferimentos			0,00	7.311,83
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	Total do ativo	13.303.873,12	6.587,58	13.297.285,54	13.666.715,47

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	Passivo e capital próprio		
	Passivo		
	Provisão para prémios não adquiridos	1.540.846,33	1.087.251,06
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	4.189.569,68	3.047.547,88
	De vida		
	De acidentes de trabalho	296.054,33	370.062,73
	De outros ramos	3.893.515,35	2.677.485,15
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	148.046,17	136.545,49
	Provisão para riscos em curso	1.554.213,38	275.444,59
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	0,00	1,31
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
10	Depósitos recebidos de resseguradores		1,31
	Passivos de locação		
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
12	Outros credores por operações de seguros e outras operações	255.663,80	658.191,37
	Contas a pagar por operações de seguro direto	155.547,19	106.612,04
	Contas a pagar por operações de resseguro	85.321,77	405.901,77
	Contas a pagar por outras operações	14.794,84	145.677,56
7	Passivos por impostos	99.443,59	49.562,08
	Passivos por impostos correntes	99.443,59	49.562,08

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	Passivos por impostos diferidos		0,00
11	Passivos de locação	21.077,99	0,00
13	Acréscimos e diferimentos	142.638,31	196.012,93
	Outras provisões		
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total do passivo	7.951.499,25	5.450.556,71
	Capital próprio		
14	Capital	7.500.000,00	7.500.000,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	0,00	0,00
15	Outras reservas	570.021,80	570.021,80
	Resultados transitados	146.136,96	1.293.978,62
	Resultado do exercício	(2.870.372,47)	(1.147.841,66)
	Total do capital próprio	5.345.786,29	8.216.158,76
	Total do passivo e capital próprio	13.297.285,54	13.666.715,47

CONTAS DE GANHOS E PERDAS

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2021				Exercício anterior (2020)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
16	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		2.379.500,65		2.379.500,65	2.322.193,07
	Prémios brutos emitidos		4.239.187,35		4.239.187,35	2.883.064,74
	Prémios de resseguro cedido		1.175.167,13		1.175.167,13	779.340,05
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		783.042,50		783.042,50	(276.270,43)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		98.522,93		98.522,93	(57.802,05)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Anexo 4.1. e 4.2.	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		3.314.724,05		3.314.724,05	2.494.892,62
	Montantes pagos		2.102.704,22		2.102.704,22	2.366.899,66
17	Montantes brutos		2.386.536,52		2.386.536,52	2.559.441,87
	Parte dos resseguradores		283.832,30		283.832,30	192.542,21
	Provisão para sinistros (variação)		1.212.019,83		1.212.019,83	127.992,96
Anexo 3.1. e 3.2.	Montante bruto		1.142.021,80		1.142.021,80	396.853,18
	Parte dos resseguradores		(69.998,03)		(69.998,03)	268.860,22
18	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		1.290.269,47		1.290.269,47	65.169,63
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
19	Custos e gastos de exploração líquidos		1.285.514,50		1.285.514,50	1.081.599,10
20	Custos de aquisição		1.003.809,02		1.003.809,02	672.676,31
9	Custos de aquisição diferidos (variação)		(329.447,23)		(329.447,23)	23.515,18
	Gastos administrativos		850.097,42		850.097,42	501.714,02

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2021				Exercício anterior (2020)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		238.944,71		238.944,71	116.306,41
	Rendimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros				0,00	0,00
23	Gastos financeiros		86.332,20	0,00	86.332,20	56.042,90
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		86.332,20		86.332,20	56.042,90
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

(continuação)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2021				Euros
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Exercício anterior (2020)
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
24	Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro		(3.168,21)		(3.168,21)	49,59
25	Outras provisões (variação)			129,81	129,81	0,00
26	Outros rendimentos / gastos			(13.208,45)	(13.208,45)	(61.419,19)
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos		(3.600.507,78)	(13.338,26)	(3.613.846,04)	(1.436.880,78)
7	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			10.106,33	10.106,33	0,00
7	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			(753.579,90)	(753.579,90)	(289.039,12)
	Resultado líquido do exercício		(3.600.507,78)	730.135,31	(2.870.372,47)	(1.147.841,66)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 2021

Euros

Notas do anexo	Demonstração de alterações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas			
	Balço em 31 de dezembro 2020 (balço de abertura)	7.500.000,00	0,00	0,00	570.021,80	0,00	0,00	1.293.978,62	(1.147.841,66)	8.216.158,76
	Correções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
	Balço de abertura alterado	7.500.000,00	0,00	0,00	570.021,80	0,00	0,00	1.293.978,62	(1.147.841,66)	8.216.158,76
14; 15	Aumentos de reservas por aplicação de resultados							-1.147.841,66	1.147.841,66	0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.147.841,66	1.147.841,66	0,00
	Resultado líquido do exercício								(2.870.372,47)	(2.870.372,47)
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	Balço em 31 de dezembro 2021	7.500.000,00	0,00	0,00	570.021,80	0,00	0,00	146.136,96	(2.870.372,47)	5.345.786,29

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 2020

Euros

Notas do anexo	Demonstração de alterações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas			
	Balço a 31 em dezembro 2019 (balço de abertura)	7.500.000,00	0,00	0,00	445.326,45	0,00	0,00	1.418.827,48	1.246.953,49	10.611.107,42
	Correções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
	Balço de abertura alterado	7.500.000,00	0,00	0,00	445.326,45	0,00	0,00	1.418.827,48	1.246.953,49	10.611.107,42
14;15	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				124.695,35			1.122.258,14	(1.246.953,49)	0,00
	Distribuição de reservas							(1.247.107,00)		(1.247.107,00)
	Total das variações do capital próprio	0,00	0,00	0,00	124.695,35	0,00	0,00	(124.848,86)	(1.246.953,49)	(1.247.107,00)
	Resultado líquido do exercício								(1.147.841,66)	(1.147.841,66)
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	Balço em 31 de dezembro 2020	7.500.000,00	0,00	0,00	570.021,80	0,00	0,00	1.293.978,62	(1.147.841,66)	8.216.158,76

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Euros

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2021			Exercício anterior (2020)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados		0,00		0,00
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados		0,00		0,00
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		0,00		0,00
	Resultado líquido do exercício		(3.600.507,78)	730.135,31	(2.870.372,47)
	Total do rendimento integral do exercício		(3.600.507,78)	730.135,31	(2.870.372,47)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Euros

Notas do anexo	Demonstração de fluxos de caixa	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	Atividades operacionais		
	Prêmios recebidos *	4.686.533,41	3.306.669,84
	Sinistros pagos	(2.109.014,14)	(2.202.684,95)
	Pagamentos comissões	(457.165,29)	(141.522,25)
	Entradas resseguro	78.869,47	0,00
	Saídas resseguro	(1.047.225,17)	(161.064,92)
	Entradas cosseguro	0,00	0,00
	Saídas cosseguro	0,00	0,00
	Pagamento locações a curto prazo	(1.609,41)	0,00
	Pagamento locações de ativos de baixo valor	0,00	0,00
	Outros recebimentos	18.503,78	0,00
	Outros pagamentos	(2.416.300,44)	(1.454.109,14)
	Imposto sobre o rendimento	0,00	(717.038,93)
	Total fluxos operacionais	(1.247.407,79)	(1.369.750,35)
	Atividades de investimento		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00

(continua)

(continuação)

Euros

Notas do anexo	Demonstração de fluxos de caixa	Exercício 2021	Exercício anterior (2020)
	Aquisições de rendas recebidas	0,00	0,00
	Títulos de dívida – compras	0,00	0,00
	Títulos de dívida – vendas	0,00	0,00
	Instrumentos capital e UP's – compras	0,00	0,00
	Instrumentos capital e UP's – vendas	0,00	0,00
	Juros recebidos	0,00	0,00
	Dividendos recebidos	0,00	0,00
	Total de fluxos de investimento	0,00	0,00
	Pagamento dividendos aos acionistas	0,00	(1.247.107,00)
	Pagamento parte capital dos passivos de locação	(5.091,78)	0,00
	Pagamento parte juros dos passivos de locação	(952,86)	0,00
	Total de fluxos de financiamento	(6.044,64)	(1.247.107,00)
	Efeito cambial	0,00	0,00
	Aumento de caixa	(1.253.452,43)	(2.616.857,35)
	Caixa no início	11.951.862,14	14.568.719,49
3	Caixa no fim	10.698.409,71	11.951.862,14

* Inclui o prêmio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



[04]

Notas às Demonstrações Financeiras 2021

Índice

1.	Informações Gerais	40	18.	Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (Variação)	64
2.	Políticas Contabilísticas	41	19.	Custos e Gastos de Exploração Líquidos	65
3.	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	49	20.	Custos de Aquisição	67
4.	Ativos sob Direito de Uso	49	21.	Gastos com o Pessoal	67
5.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	50	22.	Obrigações com Benefícios dos Empregados	68
6.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	51	23.	Gastos Financeiros	69
7.	Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	52	24.	Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	70
8.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	55	25.	Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	70
9.	Provisões Técnicas	56	26.	Outros Rendimentos e Gastos	71
10.	Outros Passivos Financeiros	58	27.	Relato por Segmentos	71
11.	Passivos de Locação	58	28.	Entidades Relacionadas	75
12.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	59	29.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	79
13.	Acréscimos e Diferimentos	60	30.	Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	86
14.	Capital	60	31.	Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	88
15.	Reservas	61	32.	Elementos Extrapatrimoniais	92
16.	Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	62	33.	Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	92
17.	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	63	34.	Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	92

01 Informações Gerais

A sociedade, atualmente denominada de MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura em 30 de agosto de 2006, com um capital de 7.500.000,00 euros, na sequência do despacho de autorização emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), incluído na Norma n.º 5/2006-A, de 25 de julho, e tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro dos ramos Não Vida, podendo ainda exercer as atividades conexas ou complementares das de seguro ou resseguro autorizadas por lei.

Em 2020, sustentado na concretização de uma parceria entre os Grupos MAPFRE e Santander, com o objetivo de explorar o canal *bancassurance* em alguns ramos Não Vida, o Grupo MAPFRE, através da MAPFRE – Seguros Gerais, SA, procedeu à aquisição de uma participação de 50,01% do capital da anterior Popular Seguros, S.A., tendo a Santander Totta Seguros, S.A. reduzido a sua participação para 49,99% e passando a empresa a designar-se de MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

No âmbito da referida parceria, a Mapfre Santander celebrou, em simultâneo, um acordo de prestação de serviços com a MAPFRE – Seguros Gerais para a gestão técnica e administrativa e um outro com o Banco Santander para a distribuição exclusiva de alguns produtos.

Através destes acordos, combinam-se as principais valências dos dois acionistas - o conhecimento da gestão técnica seguradora por parte da MAPFRE e o potencial

da rede de distribuição do Banco Santander – num forte compromisso de longo prazo, que promete catapultar a MAPFRE Santander para um patamar relevante no contexto do setor segurador português.

Para além disso, esta forma de organização permite adotar uma estrutura de custos minimalista com benefícios para a sua competitividade, rentabilidade e agilidade na resposta aos desafios que se forem colocando no futuro.

A Companhia tem atualmente o seu domicílio social em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, n.º 9.

A Companhia exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano de 2021, prémios de 4,24 milhões de euros, o que representa um aumento de 47,0% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros de Acidentes de Trabalho 1%, Automóvel 72%, Incêndio e Outros Danos 20% e os restantes 7% aos restantes ramos.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2021, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado, e na redução sustentada do rácio combinado.

02 Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido, são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2018, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podem optar entre a aplicação da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a *International Accounting Standard* (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2023.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

No exercício de 2021, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos, cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 18 de março de 2022.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.4. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.5. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento, em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Desta forma, em passivos financeiros estão registados os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

2.6. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.7. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.8. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo, registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em

exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

2.9. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

a) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados, respetivamente, como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição relacionados, direta ou indiretamente com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea e) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

b) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

c) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por ramos e/ou grupos de ramos (Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral, Caução, Perdas Pecuniárias Diversas e Proteção Jurídica com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R.

d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R da ASF, para a cobertura de fenómenos sísmicos do Ramo Incêndio e para o Ramo de Caução.

e) Provisão para sinistros

Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Para a valorização casuística dos sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, por cada sinistro é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles. No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e para o IDS Devedor.

Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimativa desta provisão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*) através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes

são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimativa desta provisão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

Provisão para custos de gestão de sinistros

A provisão para custos de gestão de sinistros pendentes calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

Provisão para assistência vitalícia

A provisão para assistência vitalícia é estimada pela Companhia caso a caso. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico

suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

Provisão matemática de acidentes de trabalho

A provisão matemática de acidentes de trabalho é calculada segundo métodos de projeção atuarial, com base nas tabelas de mortalidade 119,63% PERM12_C2 e 119,63% PERF12_C2 e com base na curva livre de risco sem ajuste de volatilidade (EIOPA *risk-free interest rate*) para todos os períodos.

Foram ainda considerados encargos de gestão de sinistros de 17,74% sobre os montantes anuais pagos e encargos de gestão de investimentos de 2,24% sobre o valor de provisões a cada ano projetado. Ao valor apurado de 17,74% relativo aos encargos de gestão de sinistros, aplicou-se uma inflação anual de 1,0%.

No caso das pensões obrigatoriamente remíveis, o montante de benefício considerado é o que decorre da tabela de mortalidade TD 88/90, com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 29.

g) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

No decurso da sua atividade, a Companhia cede negócio. Os valores a receber ou a pagar, relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

2.10. Imputação de gastos por funções

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções, conforme a prevê a diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

- a) Custos com sinistros;
- b) Custos e gastos de exploração:
 - i. Custos de aquisição;

ii. Gastos administrativos.

c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 19 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.11. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) da atividade seguradora, que entrou em vigor no dia 03/09/2020.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 52.^a e 53.^a, bem como do Anexo VII do referido Acordo, sendo contabilizada na conta de ganhos e perdas como custo do exercício.

Plano de benefícios definido

Fruto da celebração do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que o mesmo revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas, passa a existir um só plano de reforma, estando esse previsto no respetivo ACT/2020 e sendo de contribuição definida.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 44.^a do novo Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora, em vigor desde 03/09/2020, são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (com prazo inferior a 12 meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.12. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas na conta de ganhos e perdas como ganhos ou perdas do período, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.13. Locações

A Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um substancial direito de substituição, então o ativo não é identificável;

(ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e

(iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar “como” e “com que objetivo” o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o “como” e “com que objetivo” este irá ser utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciam, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

Locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para desmantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou

o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se espera virem a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação e penalidades por rescisão antecipada de locação, a não ser que a Companhia

esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros, derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa do Grupo do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta no balanço ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração, cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses, e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

2.14. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados pela Companhia na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para ajudar o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.9.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

b) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

c) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam no futuro lucros tributáveis capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

03 Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	2021	2020
Caixa e equivalentes	-	-
Depósitos à ordem	10.698.409,71	11.951.862,14
Total	10.698.409,71	11.951.862,14

04 Ativos sob Direito de Uso

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício, está demonstrado no quadro seguinte:

	Euros					
	2021					
Ativos sob Direito de Uso	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de uso imóveis	-	-	-	-	-	-
Direito de uso outros	-	27.122,63	-	-	6.457,77	20.664,86
Total	-	27.122,63	-	-	6.457,77	20.664,86

	Euros					
	2020					
Ativos sob Direito de Uso	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições/ Renovações/ Atualizações	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de uso imóveis	-	-	-	-	-	-
Direito de uso outros	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

A natureza dos "Direito de Uso Outros" corresponde à locação de uma viatura.

05 Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros

2021				
Provisões técnicas - Resseg. cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	209.338,46	50.473,05	-	259.811,51
Prémios não adquiridos	210.467,68	98.522,93	-	308.990,61
Custos de aquisição diferidos	(1.129,22)	(48.049,88)	-	(49.179,10)
Provisão para sinistros	869.433,77	250.012,60	320.011,13	799.435,24
Prestações	823.728,09	250.012,60	283.832,30	789.908,39
IBNR	45.705,18	-	26.394,21	19.310,97
IBNER	-	-	9.784,62	(9.784,62)
Total	1.078.772,23	300.485,65	320.011,13	1.059.246,75

Euros

2020				
Provisões técnicas - Resseg. cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	252.889,43	-	43.550,97	209.338,46
Prémios não adquiridos	252.889,43	-	43.550,97	209.338,46
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-
Provisão para sinistros	600.568,78	461.407,20	192.542,21	869.433,77
Prestações	554.863,60	461.407,20	192.542,21	823.728,59
IBNR	45.705,18	-	-	45.705,18
IBNER	-	-	-	-
Total	853.458,21	461.407,20	236.093,18	1.078.772,23

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica "Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)" e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de "Comissões e participação nos resultados de resseguro", ambas na conta de ganhos e perdas.

06 Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações, líquido de ajustamentos, é decomposto como segue:

Euros			
2021			
Rubrica	Valor Bruto	Imparidade/ ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	207.302,24	129,81	207.172,43
Tomadores de seguros	186.893,17	129,81	186.763,36
Mediadores	18.897,02	-	18.897,02
Cosseguradoras	1.512,05	-	1.512,05
Contas a receber por operações de resseguro	106.497,09	-	106.497,09
Contas a receber por outras operações	161.937,68	-	161.937,68
Empréstimos ao pessoal	-	-	-
Outras operações com pessoal	45,92	-	45,92
FAT Atualizações/alterações	14.738,03	-	14.738,03
Empresas do grupo – conta corrente	-	-	-
IDS – conta corrente	109.985,00	-	109.985,00
Garantias e cauções	-	-	-
Reembolso de sinistros	-	-	-
Outros devedores	37.168,73	-	37.168,73
Total	475.737,01	129,81	475.607,20

Euros			
2020			
Rubrica	Valor Bruto	Imparidade/ ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	148.396,62	-	148.396,62
Tomadores de seguros	146.508,51	-	146.508,51
Mediadores	936,88	-	936,88
Cosseguradoras	951,23	-	951,23
Contas a receber por operações de resseguro	129.500,07	-	129.500,07
Contas a receber por outras operações	61.833,46	-	61.833,46
Empréstimos ao pessoal	-	-	-
Outras operações com pessoal	-	-	-
FAT Atualizações/alterações	14.866,74	-	14.866,74
Empresas do grupo – conta corrente	-	-	-
IDS – conta corrente	-	-	-
Garantias e cauções	-	-	-
Reembolso de sinistros	-	-	-
Outros devedores	46.966,72	-	46.966,72
Total	339.730,15	-	339.730,15

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resultam análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O valor contabilizado em ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros

2021				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	-	129,81	-	129,81
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	-	-	-
Total	-	129,81	-	129,81

Euros

2020				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	-	-	-	-
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

07 Ativos e Passivos por Impostos e Taxas

Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

Euros

Conceito	2021	2020
Ativos por impostos e taxas	1.043.357,02	289.039,12
Ativos por impostos (e taxas) correntes	738,00	-
Ativos por impostos diferidos	1.042.619,02	289.039,12
Passivos por impostos e taxas	99.443,59	49.562,08
Passivos por impostos (e taxas) correntes	99.443,59	49.562,08
Passivos por impostos diferidos	-	-

7.1. Impostos correntes

Detalham-se, no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

Euros

Demonstração do gasto por imposto	2021	2020
Resultado antes de imposto	(3.613.846,04)	(1.436.880,78)
21% do resultado antes de impostos	(758.907,67)	(301.744,96)
Gasto por imposto (A acrescer/A deduzir):		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	17,84	11,58
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios	19,02	333,09
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que incidam sobre os lucros	-	7.025,69
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	6,98	2,35
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	713,70	-
Custos extraordinários	15.204,68	5.872,61
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(19,02)	(333,09)
Impostos diferidos	-	(60.698,22)
Gasto por imposto IRC	(753.579,90)	(349.530,95)
Derrama	-	-
Tributação autónoma	10.106,33	-
Diferimento do gasto por imposto, por prejuízo fiscal	753.579,90	349.530,95
Total de gasto por imposto corrente	10.106,33	-
Imposto sobre lucros a pagar:		
Entregas por conta e deduções	-	-
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	10.106,33	-

7.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

Euros

Impostos diferidos	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend. variável	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	289.039,12	753.579,90	-	-	-	1.042.619,02
Total	289.039,12	753.579,90	-	-	-	1.042.619,02

Euros

Impostos diferidos	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend. variável	-	-	-	-	-	-
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	-	289.039,12	-	-	-	289.039,12
Total	-	289.039,12	-	-	-	289.039,12

08 Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos, de 2021 e de 2020, demonstra-se no quadro abaixo:

Euros

2021				
Conceito	Acidentes de trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	10.698.409,71	-	10.698.409,71
Provisões técnicas de resseguro cedido	101,14	1.059.145,61	-	1.059.246,75
Créditos sobre Tomadores de Seguros	966,20	185.797,16	-	186.763,36
Outros ativos	3.225,90	442.444,38	-	445.670,28
Total	4.293,24	12.385.796,86	-	12.390.090,10

Euros

2020				
Conceito	Acidentes de trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	11.951.862,14	-	11.951.862,14
Provisões técnicas de resseguro cedido	181,95	1.078.590,28	-	1.078.772,23
Créditos sobre Tomadores de Seguros	-	146.508,51	-	146.508,51
Outros ativos	1.581,34	114.641,71	-	116.223,05
Total	1.763,29	13.291.602,64	-	13.293.365,93

09 Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros

	2021			
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prêmios não adquiridos	1.087.251,06	453.595,27	-	1.540.846,33
Prêmios não adquiridos	1.203.474,11	783.042,50	-	1.986.516,61
Custos de aquisição diferidos	(116.223,05)	(329.447,23)	-	(445.670,28)
Provisão para sinistros	3.047.547,88	3.763.370,76	2.621.348,96	4.189.569,68
- De acidentes de trabalho	370.062,73	125.149,59	199.157,99	296.054,33
Provisão matemática	230.069,16	100.065,97	75.034,30	255.100,83
Pensões	225.069,16	90.530,01	76.232,27	239.366,90
Assistência vitalícia	-	-	-	-
FAT	-	9.535,96	-	9.535,96
IBNR	5.000,00	-	(1.197,97)	6.197,97
Outras prestações e custos	133.046,71	25.083,62	120.759,86	37.370,47
Outras prestações	20.314,78	25.083,62	18.066,72	27.331,68
IBNR	14.731,93	-	12.218,51	2.513,42
IBNER	98.000,00	-	90.474,63	7.525,37
Custos de gestão de sinistros	6.946,86	-	3.363,83	3.583,03
- De outros seguros	2.677.485,15	3.638.221,17	2.422.190,97	3.893.515,35
Prestações e custos	2.627.009,25	3.556.151,03	2.403.789,20	3.779.371,08
Prestações	2.269.780,71	2.798.937,29	2.276.755,23	2.791.962,77
IBNR	263.228,54	23.898,22	99.093,08	188.033,68
IBNER	94.000,00	733.315,52	27.940,89	799.374,63
Custos de gestão de sinistros	50.475,90	82.070,14	18.401,77	114.144,27
Provisão para desvios de sinistralidade	136.545,49	11.500,68	-	148.046,17
Provisão para riscos em curso	275.444,59	1.278.768,79	-	1.554.213,38
Total	4.546.789,02	5.507.235,50	2.621.348,96	7.432.675,56

Euros

2020				
Provisões técnicas - Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	1.340.006,31	-	252.755,25	1.087.251,06
Prémios não adquiridos	1.479.744,54	-	276.270,43	1.203.474,11
Custos de aquisição diferidos	(139.738,23)	-	(23.515,18)	(116.223,05)
Provisão para sinistros	3.300.344,70	2.611.751,92	2.864.548,74	3.047.547,88
- De acidentes de trabalho	540.676,85	(65.115,53)	105.498,59	370.062,73
Provisão matemática	305.709,85	(31.121,42)	44.519,27	230.069,16
Pensões	300.709,85	(31.121,42)	44.519,27	225.069,16
Assistência vitalícia	-	-	-	-
FAT	-	-	-	-
IBNR	5.000,00	-	-	5.000,00
Outras prestações e custos	228.020,14	(33.994,11)	60.979,32	133.046,71
Outras prestações	115.288,21	(33.994,11)	60.979,32	20.314,78
IBNR	14.731,93	-	-	14.731,93
IBNER	98.000,00	-	-	98.000,00
Custos de gestão de sinistros	6.946,86	-	-	6.946,86
- De outros seguros	2.759.667,85	2.676.867,45	2.759.050,15	2.677.485,15
Prestações e custos	2.709.191,95	2.676.867,45	2.759.050,15	2.627.009,25
Prestações	2.397.668,58	2.631.162,28	2.759.050,15	2.269.780,71
IBNR	217.523,37	45.705,17	-	263.228,54
IBNER	94.000,00	-	-	94.000,00
Custos de gestão de sinistros	50.475,90	-	-	50.475,90
Provisão para desvios de sinistralidade	125.621,53	10.923,96	-	136.545,49
Provisão para riscos em curso	221.198,92	237.036,53	182.790,86	275.444,59
Total	4.987.171,46	2.859.712,41	3.300.094,85	4.546.789,02

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas nas rubricas de "Provisão para prémios não adquiridos (variação)" e "Custos de aquisição diferidos (variação)", respetivamente, da conta de ganhos e perdas.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de "Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)", da conta de ganhos e perdas.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2021 e de 2020, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

10 Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2021	2020
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	-	1,31
Total	-	1,31

11 Passivos de Locação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os Passivos de Locação apresentam os seguintes movimentos:

Passivos de Locação	Euros					
	Saldo inicial	Novas Locações/Atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de locação - Imóveis	-	-	-	-	-	-
Passivos de locação - Outros	-	27.122,63	5.091,78	952,86	-	21.077,99
Total	-	27.122,63	5.091,78	952,86	-	21.077,99

Passivos de Locação	Euros					
	Saldo inicial	Novas Locações/Atualizações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de locação - Imóveis	-	-	-	-	-	-
Passivos de locação - Outros	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

No quadro abaixo, apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

Euros

2021					
Passivos de locação	Análise maturidade – Fluxos caixa contratuais não descontados			Total fluxos	Saldo final
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de locação – Imóveis	-	-	-	-	-
Passivos de locação – Outros	8.397,00	14.018,33	-	22.415,33	21.077,99
Total	8.397,00	14.018,33	-	22.415,33	21.077,99

Euros

2020					
Passivos de locação	Análise maturidade – Fluxos caixa contratuais não descontados			Total fluxos	Saldo final
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de locação – Imóveis	-	-	-	-	-
Passivos de locação – Outros	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

12 Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Euros

Rubrica	2021	2020
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	155.547,19	106.612,04
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	53.924,26	34.509,21
Mediadores	79.585,73	50.722,56
Cosseguradoras	22.037,20	21.380,27
Outros saldos credores por operações de seguro direto	-	-
Contas a pagar por operações de resseguro	85.321,77	405.901,77
Contas a pagar por outras operações	14.794,84	145.677,56
Fornecedores	13.847,51	97.274,68
FAT recebimentos	-	-
Empresas do grupo – conta corrente	-	-
Outros credores	947,33	48.402,88
Total	255.663,80	658.191,37

13 Acréscimos e Diferimentos

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	Euros	
	2021	2020
Acréscimos de gastos com o pessoal	39.725,93	30.430,80
Subsídio de férias e mês de férias	11.196,74	2.500,08
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	28.529,19	27.930,72
Outros acréscimos de gastos	102.912,38	165.582,13
Incentivos a mediadores	40.000,00	46.586,89
Trabalhos especializados	25.799,25	67.861,77
Outros acréscimos	37.113,13	51.133,47
Total	142.638,31	196.012,93

14 Capital

14.1. Composição do capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2021 é de 7.500.000,00 euros, dividido em 1.500.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 euros cada, repartido da seguinte forma:

Entidade acionista	2021		2020	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.	750.150	3.750.750,00	750.150	3.750.750,00
Santander Totta Seguros – Companhia Seguros Vida, S.A.	749.850	3.749.250,00	749.850	3.749.250,00
Total	1.500.000	7.500.000,00	1.500.000	7.500.000,00

De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação de propriedade da própria Companhia.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

Em referência a 31 de dezembro de 2021, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

No exercício de 2021, não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

14.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

	Euros	
Conceito	2021	2020
Resultado líquido	(2.870.372,47)	(1.147.841,66)
Numero médio de ações	1.500.000,00	1.500.000,00
Resultado por ação (em euros)	(1,91)	(0,77)

14.3. Dividendos por ação

No exercício atual, assim como no anterior, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado negativo do exercício de 2021, no montante de -2.870.372,47 euros (dois milhões oitocentos e setenta mil e trezentos e setenta e dois euros e quarenta e sete centésimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados Transitados: -2.870.372,47 euros

15 Reservas

No quadro abaixo, apresentam-se os movimentos que ocorreram nos exercícios de 2021 e de 2020 em cada uma das reservas:

	Euros			
	2021			
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-	-	-	-
Ações/Unid. part. fundos invest.	-	-	-	-
Títulos de rendimento fixo	-	-	-	-
Reserva por impostos diferidos	-	-	-	-
Outras reservas	570.021,80	-	-	570.021,80
Reserva legal	570.021,80	-	-	570.021,80
Prémios de emissão	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.293.978,62	(1.147.841,66)	-	146.136,96
Total	1.864.000,42	(1.147.841,66)	-	716.158,76

Euros

2020				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-	-	-	-
Ações/Unid. part. fundos invest.	-	-	-	-
Títulos de rendimento fixo	-	-	-	-
Reserva por impostos diferidos	-	-	-	-
Outras reservas	445.326,45	124.695,35	-	570.021,80
Reserva legal	445.326,45	124.695,35	-	570.021,80
Prémios de emissão	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1.418.827,48	(124.848,86)	-	1.293.978,62
Total	1.864.153,93	(153,51)	-	1.864.000,42

16 Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro

A Companhia encerrou o exercício de 2021 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 4.239.187,35 euros, totalmente provenientes de contratos de seguro Não Vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4.1. a estas Notas.

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2021	2020
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	4.239.187,35	2.883.064,74
Prémios de resseguro cedido	1.175.167,13	779.340,05
Prémios líquidos de resseguro	3.064.020,22	2.103.724,69
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	783.042,50	(276.270,43)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	98.522,93	(57.802,05)
Prémios não adquiridos (variação)	684.519,57	(218.468,38)
Total	2.379.500,65	2.322.193,07

Conceito	2021	2020
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	4.239.187,35	2.883.064,74
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	783.042,50	(276.270,43)
Prémios brutos adquiridos	3.456.144,85	3.159.335,17
Prémios de resseguro cedido	1.175.167,13	779.340,05
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	98.522,93	(57.802,05)
Prémios de resseguro cedido adquiridos	1.076.644,20	837.142,10
Total	2.379.500,65	2.322.193,07

17 Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Euros	
Conceito	2021	2020
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	2.102.704,22	2.366.899,66
Montantes brutos	2.386.536,52	2.559.441,87
Parte dos resseguradores	283.832,30	192.542,21
Provisão para sinistros (variação)	1.212.019,83	127.992,96
Montantes Brutos	1.142.021,80	396.853,18
Parte dos resseguradores	(69.998,03)	268.860,22
Total	3.314.724,05	2.494.892,62

	Euros	
Conceito	2021	2020
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	3.528.558,32	2.956.295,05
Montantes pagos	2.386.536,52	2.559.441,87
Provisão para sinistros (variação)	1.142.021,80	396.853,18
Custos com sinistros parte dos resseguradores	213.834,27	461.402,43
Montantes pagos	283.832,30	192.542,21
Provisão para sinistros (variação)	(69.998,03)	268.860,22
Total	3.314.724,05	2.494.892,62

18 Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2021			2020		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão para desvios de sinistralidade	11.500,68	-	11.500,68	10.923,96	-	10.923,96
Provisão para riscos em curso	1.278.768,79	-	1.278.768,79	54.245,67	-	54.245,67
Total	1.290.269,47	-	1.290.269,47	65.169,63	-	65.169,63

19 Custos e Gastos de Exploração Líquidos

19.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos para os exercícios de 2021 e de 2020:

Rubrica	2021	2020
Pessoal	172.214,45	87.248,17
Viagens e relações públicas	16.642,76	-
Imóveis	-	-
Informática	375.904,59	255.545,75
Publicidade	92.847,79	-
Campanhas comerciais	31.608,75	-
Serviços profissionais externos	803.651,47	532.416,85
Outros gastos internos	172.467,52	128.214,44
Total	1.665.337,33	1.003.425,21

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de "Serviços profissionais externos".

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2021 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2021	2020
Serviços de revisão legal de contas	33.375,00	-
Outros serviços decorrentes da função de Revisor Oficial de Contas	-	-
Outros serviços	6.850,00	-
Total	40.225,00	-

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

Âmbito	2021	2020
Gastos com juros relativos aos passivos de locação	952,86	-
Gastos relativos a locações de curta duração	1.609,41	-
Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração	-	-
Total	2.562,27	-

No exercício de 2021, as quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 1.609,41 euros, sendo relacionadas com aluguer de viaturas.

19.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Tendo em conta que 2021 ainda foi um ano de transição entre os serviços prestados pela Santander Totta Seguros e a prestação de serviços pela MAPFRE – Seguros Gerais, no que à gestão técnica e administrativa diz respeito, decidiu-se manter

em 2021 a matriz de repartição que já vinha sendo utilizada. Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais, passa pelo apuramento do tempo despendido por função (Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos).

Nos quadros abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros				
2021				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	-	172.214,45	-	172.214,45
Fornecimentos e serviços externos	213.434,83	1.159.662,32	49.801,29	1.422.898,44
Impostos e taxas	4.268,93	23.192,84	995,92	28.457,69
Amortizações do exercício	968,66	5.263,10	226,01	6.457,77
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	952,86	952,86
Comissões	-	-	34.356,12	34.356,12
Total	218.672,42	1.360.332,71	86.332,20	1.665.337,33

Euros				
2020				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	-	87.248,17	-	87.248,17
Fornecimentos e serviços externos	131.096,32	712.290,43	30.589,21	873.975,96
Impostos e taxas	2.603,20	14.144,19	607,45	17.354,84
Amortizações do exercício	-	-	-	-
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	(9,08)	(9,08)
Comissões	-	-	24.855,32	24.855,32
Total	133.699,52	813.682,79	56.042,90	1.003.425,21

20 Custos de Aquisição

Os custos de aquisição registados nos exercícios de 2021 e 2020, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

	Euros	
Custos de aquisição	2021	2020
Custos imputados	510.235,29	343.517,81
Comissões de mediação	472.425,83	329.158,50
Outros	21.147,90	-
Total	1.003.809,02	672.676,31

Na rubrica "Outros" estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).

21 Gastos com o Pessoal

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2021, é de 1, igual ao exercício anterior, tendo o colaborador a categoria profissional de Diretor.

Os gastos com pessoal registados nos exercícios de 2021 e de 2020, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

	Euros	
Rubrica	2021	2020
Remunerações	139.157,31	79.755,12
Dos órgãos sociais	20.541,68	5.500,08
Do pessoal	118.615,63	74.255,04
Encargos sobre remunerações	29.106,37	5.768,15
Benefícios pós-emprego	1.059,69	138,78
Planos de contribuição definida	1.059,69	138,78
Planos de benefícios definidos	-	-
Benefícios de cessação de emprego	90,55	1.586,12
Seguros obrigatórios	2.283,03	-
Gastos de ação social	360,00	-
Outros gastos com o pessoal	157,50	-
Total	172.214,45	87.248,17

O Conselho de Administração da MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. é composto por seis membros, sendo que três, incluindo o Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros três membros são administradores pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo Santander. A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

22 Obrigações com Benefícios dos Empregados

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado em 29 de janeiro de 2016 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, e os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefícios definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

Mas em 2020 foi celebrado um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2020) publicado no *Boletim de Trabalho e Emprego* n.º 21, de 8 de junho de 2020, em que revoga as convenções coletivas anteriormente subscritas. Este ACT, que vigorará por um período inicial de 3 anos, foi subscrito pelo Grupo MAPFRE e pelos sindicatos representativos do setor (STAS, SISEP e SINAPSA).

Os colaboradores sindicalizados passaram automaticamente para este acordo, sendo que os restantes colaboradores não sindicalizados também aderiram ao mesmo.

22.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

O disposto neste ACT/2020, no que diz respeito ao Plano Individual de Reforma (PIR), é muito semelhante ao que vigorava no ACT/2016. Todos os trabalhadores em efetividade de funções, beneficiam de um PIR em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à Companhia, conforme disposto na cláusula 52.º do ACT.

Este plano individual de reforma deverá prever garantia de capital e será materializado no produto que a Companhia definirá, desde que cumpra o disposto no ACT.

A Companhia efetuará anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor igual a 3,25% da retribuição base anual do trabalhador, a partir do momento em que este complete dois anos de prestação de serviço efetivo na empresa.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2021 e anterior, apresentam-se no quadro abaixo:

Conceito	Euros	
	2021	2020
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	1.059,69	138,78
Total	1.059,69	138,78

A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto "Universal Life", com garantia de capital, junto da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no Anexo VII do Acordo Coletivo de Trabalho.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 1 colaborador que preenche os requisitos e aderiu ao ACT/2020.

23 Gastos Financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem unicamente os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos.

Gastos financeiros	Euros		
	2021		
	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	86.332,20	-	86.332,20
Gasto custo amortizado	-	-	-
Total	86.332,20	-	86.332,20

Gastos financeiros	Euros		
	2020		
	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	56.042,90	-	56.042,90
Gasto custo amortizado	-	-	-
Total	56.042,90	-	56.042,90

24 Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais	
	2021	2020
Outros rendimentos/Gastos técnicos, líquidos de resseguro		
Outros gastos técnicos	(3.164,83)	49,59
Comissões de gestão de cosseguro	-	66,78
Outros	(3.164,83)	(17,19)
Outros rendimentos técnicos	(3,38)	-
Outros	(3,38)	-
Total	(3.168,21)	49,59

25 Ajustamentos e Outras Provisões (variação)

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais	
	2021	2020
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	129,81	-
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-	-
Total	129,81	-

26 Outros Rendimentos e Gastos

Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Euros

Conceito	Operações gerais	
	2021	2020
Outros rendimentos/Gastos		
Outros gastos	(69.356,57)	(61.140,36)
Gastos e perdas não correntes	(69.317,59)	(61.129,19)
Multas e penalidades	-	91,80
Outros gastos	(69.317,59)	(61.220,99)
Gastos e perdas financeiras	(38,98)	(11,17)
Juros suportados	(33,24)	(11,17)
Outros gastos e perdas financeiras	(5,74)	-
Outros rendimentos	56.148,12	(278,83)
Rendimentos e ganhos não correntes	53.965,81	-
Outros	53.965,81	-
Rendimentos e ganhos financeiros	123,89	25,39
Juros compensatórios	20,43	25,39
Outros rendimentos e ganhos financeiros	103,46	-
Outros	2.058,42	(304,22)
Total	(13.208,45)	(61.419,19)

27 Relato por Segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos, incluindo este último segmento, seguros de Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil.

A definição destes segmentos de negócio foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2021 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2021			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos
1,0%	72,2%	19,6%	7,2%
2020			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos
2,7%	58,1%	20,9%	18,3%

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões técnicas do seguro direto por segmentos:

Euros

2021					
Conceito	Seguro direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos
Provisão p/prémios não adquiridos	1.540.846,33	14.220,89	1.240.769,19	212.381,03	73.475,22
Provisão p/sinistros	4.189.569,68	296.054,33	3.418.377,18	348.603,37	126.534,80
Provisão p/desv. de sinistralidade	148.046,17	-	-	148.046,17	-
Provisão p/riscos em curso	1.554.213,38	40.900,23	1.133.515,58	315.658,79	64.138,78
Total	7.432.675,56	351.175,45	5.792.661,95	1.024.689,36	264.148,80

Euros

2020					
Conceito	Seguro direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos
Provisão p/prémios não adquiridos	1.087.251,06	127.348,61	639.771,34	234.274,70	85.856,41
Provisão p/sinistros	3.047.547,88	391.906,23	2.243.300,75	411.586,52	754,38
Provisão p/desv. de sinistralidade	136.545,49	-	-	136.545,49	-
Provisão p/riscos em curso	275.444,59	830,09	38.396,27	219.339,31	16.878,92
Total	4.546.789,02	520.084,93	2.921.468,36	1.001.746,02	103.489,71

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia:

Euros

Conta de ganhos e perdas	2021				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2.379.500,65	44.282,11	1.851.465,10	237.992,51	245.760,93
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3.314.724,05	3.615,85	2.833.652,53	256.907,25	220.548,42
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	1.290.269,47	40.900,23	1.095.119,31	107.820,16	46.429,77
Custos e gastos de exploração líquidos	1.285.514,50	97.091,62	741.086,51	347.603,49	99.732,88
Rendimentos	-	-	-	-	-
Gastos financeiros	86.332,20	3.514,42	34.104,61	28.830,43	19.882,74
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	(3.168,21)	(86,03)	(2.343,24)	(485,17)	(253,77)
Resultado técnico	(3.600.507,78)	(100.926,04)	(2.854.841,10)	(503.653,99)	(141.086,65)
Rendimentos	-	-	-	-	-
Gastos financeiros	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
Outras provisões (variação)	129,81	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	(13.208,45)	-	-	-	-
Resultado não técnico	(13.338,26)	-	-	-	-
Resultado antes de impostos	(3.613.846,04)	-	-	-	-
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes	10.106,33	-	-	-	-
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos	(753.579,90)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(2.870.372,47)	-	-	-	-

2020					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2.322.193,07	74.597,35	1.725.823,97	179.061,71	342.710,04
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2.494.892,62	(61.262,04)	2.326.915,64	186.039,32	43.199,70
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	65.169,63	-	(182.790,86)	230.263,27	17.697,22
Custos e gastos de exploração líquidos	1.081.599,10	56.304,99	312.335,35	370.619,51	342.339,25
Rendimentos	-	-	-	-	-
Gastos financeiros	56.042,90	1.284,54	14.546,31	22.228,64	17.983,41
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	49,59	-	66,78	(17,19)	-
Resultado técnico	(1.375.461,59)	78.269,86	(745.115,69)	(630.106,22)	(78.509,54)
Rendimentos	-	-	-	-	-
Gastos financeiros	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	(61.419,19)	-	-	-	-
Resultado não técnico	(61.419,19)	-	-	-	-
Resultado antes de impostos	(1.436.880,78)	-	-	-	-
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	-
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos	(289.039,12)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(1.147.841,66)	-	-	-	-

Nos exercícios de 2021 e de 2020, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

28 Entidades Relacionadas

28.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do Grupo

A MAPFRE foi constituída em 1933 como **Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España**, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, estabeleceram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década de 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de **Assistência e Resseguro**, como pontas de lança do negócio de **Seguros**. Em 1975, a FUNDACIÓN MAPFRE inicia as suas atividades e nos anos 80, a MAPFRE – que já era a **primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou nos anos 90 com a criação de uma **rede de seguros** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A FUNDACIÓN MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica** e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol** e a **maior multinacional seguradora** (não-vida) na **América Latina**. É **um dos 15 maiores grupos europeus** em volume de negócio.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **30 milhões de clientes**, **33.000 empregados de cerca de 90 nacionalidades**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid e Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. é detida a 50,01% pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

Os restantes 49,99% são detidos pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., que por sua vez é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, S.A., a qual é diretamente dominada pela sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,85%. Por sua vez, a sociedade Santusa é detida em 69,76% pelo Banco Santander, S.A. que assim é indiretamente dominante da Santander Totta Seguros.

28.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

28.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

GRUPO MAPFRE	
Administrador	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.
Nuno Miguel Frias Costa	Banco Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.; Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.
Alvaro Castillo del Carpio	
Carla Sofia Sanches Gonzalez de Gouveia Teixeira Quinteiro	
Francisco del Cura Ayuso	Banco Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.; Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.
Armando Alberto Bordalo Escalda	Banco Santander Totta, S.A.

28.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

As operações gerais efetuadas entre entidades relacionadas apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Euros			
	Gastos		Rendimentos	
	2021	2020	2021	2020
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	528.128,59	-	1.721,08	-
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	-	-	-	-
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	32.066,18	-	-	-
Total	560.194,77	-	1.721,08	-

Conceito	Euros	
	Operações gerais	
	2021	2020
Saldos a receber e a pagar	-	-
Depósitos	-	-
Total	-	-

As operações de resseguro efetuadas entre entidades relacionadas, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Euros
	Resseguro cedido
	2021
Prémios	845.049,72
Sinistros recebidos	130.464,71
Variação de provisões técnicas	33.933,24
Comissões	51.041,73

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades relacionadas, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Euros
	Resseguro cedido
	2021
Saldos a receber e a pagar	(84.440,56)
Depósitos recebidos de resseguradores	-
Provisões técnicas	291.924,95
Total	207.484,39

Entidade	Tipo de relação/transacção	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2021	Operações de resseguro				Outras operações			
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balço	Custo	Proveito		
EM PORTUGAL		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			Provisões técnicas	
MAPFRE - Seguros Gerais	Seguradora/segurado										2.708,99	
	Prestação serviços gestão sinistros e administrativa										187.967,64	
	Outros custos/proveitos											1.721,08
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente		0,00									
MAPFRE - Seguros de Vida	Seguradora/segurado										990,33	
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente		0,00									
MAPFRE Assistencia	Seguradora/segurado											
	Resseguradora			(36.593,38)	310.984,75	(403,29)	62.081,31	0,00	151.171,22			
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente		0,00									
MAPFRE RE	Seguradora/segurado											
	Outros custos/proveitos		0,00									
	Resseguradora			(3.576,66)	4.670,38	502,63	0,00	0,00	1.451,40			
Banco Santander Totta	Serviços bancários	10.698.409,71									32.066,18	
	Mediação de seguros		(31.794,73)								336.461,63	
EM ESPANHA		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas	Custos	Proveito	
MAPFRE ESPAÑA	Resseguradora			0,00	18.051,50	0,00	0,00	0,00	0,00			
MAPFRE RE	Resseguradora	0,00			(44.270,52)	511.343,09	50.942,39	102.316,64	0,00	139.302,33		
	Outros custos/proveitos											
Total		10.698.409,71	(31.794,73)	(84.440,56)	845.049,72	51.041,73	164.397,95	0,00	291.924,95	560.194,77	1.721,08	

29 Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro

29.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração, derivado da variação de um ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Euros

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2021	2020	2021	2020
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado	34.561,45	31.593,35	23.795,01	23.221,93
Índice de volatilidade do rácio combinado	32,3%	23,8%	42,0%	25,3%

b) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros

2021	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	28.621,41
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de Balanço	(35.182,49)

c) Alteração da longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros

2021	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	(7.116,75)
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço	6.399,52

d) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

2021					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos	Total
Prémios brutos emitidos	43.446,99	3.061.327,39	830.284,02	304.128,95	4.239.187,35
Prémios de resseguro cedido	3.068,44	543.931,91	584.221,12	43.945,66	1.175.167,13
% média de retenção	93%	82%	30%	86%	72%

Euros

2020					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos	Total
Prémios brutos emitidos	77.501,72	1.676.445,85	602.088,32	527.028,85	2.883.064,74
Prémios de resseguro cedido	4.741,34	104.012,11	451.764,71	218.821,89	779.340,05
% média de retenção	94%	94%	25%	58%	73%

2021					
Contratos de Resseguro	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Resp. Civil
Proporcional	Quota parte	✓	✓	✓	✓
	Excedente	-	✓	-	-
	Facultativo	-	✓	-	-
Não proporcional	XL - Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓	✓
	Facultativo	-	-	-	✓

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

e) Sinistros efetivos/estimados

O valor de 239.366,90 euros, referente às provisões matemáticas de pensões de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo "Provisão para sinistros", apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Euros

Ano de ocorrência dos sinistros	2021			
	Provisão matemática – Pensões			
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2016 e anteriores	27.248,88	-	1.712,82	28.961,70
2017	202.727,89	-	-	202.727,89
2018	-	-	-	-
2019	-	-	-	-
2020	-	-	-	-
2021	-	-	7.677,31	7.677,31
Total	229.976,77	-	9.390,13	239.366,90

Euros

Ano de ocorrência dos sinistros	2020			
	Provisão matemática – Pensões			
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2015 e anteriores	(1.444,34)	143.329,67	(154,68)	141.730,65
2016	-	(20.838,89)	(218,86)	(21.057,75)
2017	145.712,66	(118.114,38)	30.176,62	57.774,90
2018	8.658,24	17.380,78	-	26.039,02
2019	-	17.809,65	-	17.809,65
2020	-	-	2.772,69	2.772,69
Total	152.926,56	39.566,83	32.575,77	225.069,16

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho, ascendeu a 53.467,13 euros. No quadro abaixo, apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Euros

2021			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – Pensões		
	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2016 e anteriores	3.419,00	22.758,84	26.177,84
2017	(9.322,18)	13.309,31	3.987,13
2018	3.249,95	5.364,32	8.614,27
2019	7.063,58	7.624,31	14.687,89
2020	-	-	-
2021	-	-	-
Total	4.410,35	49.056,78	53.467,13

Euros

2020			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – Pensões		
	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2015 e anteriores	3.449,60	-	3.449,60
2016	(2.075,63)	-	(2.075,63)
2017	893,87	-	893,87
2018	(357,90)	22.061,21	21.703,31
2019	(258,54)	-	(258,54)
2020	-	-	-
Total	1.651,40	22.061,21	23.712,61

29.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 77% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 23% tem pagamento direto por parte dos tomadores de seguro. A intervenção por parte dos mediadores é muito diminuta, recorde-se que praticamente toda a carteira da Companhia provém do canal *bancassurance* onde a domiciliação bancária assume uma prevalência elevada. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na Companhia não dispõem de capacidade de cobrança, pelo que o risco de crédito dos mediadores de seguro é diminuto.

Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia igual ou superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2021	2020
Provisão para sinistros	799.435,24	869.433,77
Dívidas por operações de resseguro cedido	(85.321,77)	(405.901,77)
Créditos por operações de resseguro cedido	106.497,09	129.500,07
Total posição líquida	820.610,56	593.032,07

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores apresentada no quadro seguinte.

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico
	2021
AAA	-
AA	411.803,19
A	292.783,43
BBB	-
BB	-
Sem qualificação	116.023,94
Total posição líquida	820.610,56

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Cosseguro	Valor contabilístico	
	2021	2020
Créditos por operações de cosseguro	1.512,05	951,23
Dívidas por operações de cosseguro	(22.037,20)	(21.380,27)
Total posição líquida	(20.525,15)	(20.429,04)

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Aliás, no fim de 2021, a Companhia manteve os seus investimentos financeiros constituídos apenas por depósitos bancários, tendo em conta o baixo nível das taxas de juro e reduzida dimensão da carteira.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Euros							
2021							
Conceito	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão para sinistros	2.049.828,89	1.026.341,11	502.609,32	249.891,59	99.190,80	275.970,86	4.203.832,57
Acidentes Trabalho *	42.018,12	26.933,75	18.484,34	13.980,81	11.933,02	196.967,18	310.317,22
Outros seguros	2.007.810,77	999.407,36	484.124,98	235.910,78	87.257,78	79.003,68	3.893.515,35
Provisão para desvios de sinistralidade						148.046,17	148.046,17
Provisão para riscos em curso	669.764,31	441.825,44	172.794,87	104.720,74	102.980,16	62.127,86	1.554.213,38
Dividas por operações de seguro direto	155.547,19						155.547,19
Dividas por operações de resseguro	85.321,77						85.321,77
Total posição líquida	2.960.462,16	1.468.166,55	675.404,19	354.612,33	202.170,96	486.144,89	6.146.961,08

* Valores apresentados sem desconto.

29.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bónus-malus* (no caso do ramo Automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Custos de Gestão de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo Atuário Responsável através de amostragem.

29.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

2021					
Rácios	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	102,1%	7,6%	125,8%	49,7%	70,7%
Rácio de custos de exploração	44,1%	204,7%	31,9%	59,1%	74,7%
Rácio combinado	146,2%	212,3%	157,6%	108,8%	145,5%
Rácio operacional	148,7%	219,7%	159,1%	112,4%	152,2%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	139,3%	8,2%	153,0%	107,9%	89,7%
Rácio de custos de exploração	54,0%	219,3%	40,0%	146,1%	40,6%
Rácio combinado	193,3%	227,4%	193,1%	254,0%	130,3%
Rácio operacional	197,0%	235,4%	194,9%	266,1%	138,4%

2020					
Rácios	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	93,6%	(77,2%)	143,9%	50,7%	7,5%
Rácio de custos de exploração	37,9%	71,0%	17,1%	72,3%	59,4%
Rácio combinado	131,5%	(6,2%)	161,0%	123,0%	66,9%
Rácio operacional	133,3%	(4,6%)	161,8%	126,3%	70,0%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	107,4%	(82,1%)	134,8%	103,9%	12,6%
Rácio de custos de exploração	46,6%	75,5%	18,1%	207,0%	99,9%
Rácio combinado	154,0%	(6,6%)	152,9%	310,9%	112,5%
Rácio operacional	156,4%	(4,9%)	153,8%	323,3%	117,7%

29.5. Montantes recuperáveis

Não existe registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

30 Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros

30.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Atualmente, tendo em conta a dimensão da carteira da Companhia e o baixo nível das taxas de juro, os investimentos financeiros são constituídos apenas por depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta, S.A.

30.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento da contraparte, relativamente às suas obrigações contratuais. O risco de crédito está, essencialmente, na carteira de investimentos, mais em concreto nos depósitos à ordem, onde os mesmos estão constituídos exclusivamente no Banco Santander Totta, S.A., tendo o mesmo uma classificação creditícia de BBB segundo a Fitch Ratings.

b) Risco de câmbio

O Risco de câmbio, que se traduz numa eventual perda resultante de uma alteração das taxas de câmbio inerente aos instrumentos financeiros, é nulo. Isto porque, a carteira de investimentos se resume aos depósitos à ordem e não há contas bancárias em moeda estrangeira.

c) Risco de mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro, como consequência da variação de taxas de juro e preços de ações.

Tal como referido anteriormente, tendo em conta que a carteira de investimentos se resume aos depósitos à ordem, não existe exposição ao risco de mercado.

d) Risco de concentração

Podemos assumir um risco de concentração, dado que todos os depósitos à ordem estão constituídos junto do Banco Santander Totta, S.A.

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível.

O *gap* existente nos anos futuros, entre os fluxos de ativos e passivos, poderá ser facilmente compensado, dado que, como a carteira de investimentos se resume aos depósitos à ordem, os mesmos têm uma elevada liquidez.

2021								
Conceito	Seguro Direto							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10.698.409,71	-	-	-	-	-	-	10.698.409,71
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Invest. em filiais, associa. e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber p/operações de seguro direto	207.172,43	-	-	-	-	-	-	207.172,43
Contas a receber p/operações de resseguro	106.497,09	-	-	-	-	-	-	106.497,09
Total do ativo	11.012.079,23	-	-	-	-	-	-	11.012.079,23
Passivo								
Provisão para sinistros	2.049.828,89	1.026.341,11	502.609,32	249.891,59	99.190,80	275.970,86	-	4.203.832,57
Acidentes Trabalho *	42.018,12	26.933,75	18.484,34	13.980,81	11.933,02	196.967,18	-	310.317,22
Outros seguros	2.007.810,77	999.407,36	484.124,98	235.910,78	87.257,78	79.003,68	-	3.893.515,35
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-	-	148.046,17	-	148.046,17
Provisão para riscos em curso	669.764,31	441.825,44	172.794,87	104.720,74	102.980,16	62.127,86	-	1.554.213,38
Dívidas por operações de seguro direto	155.547,19	-	-	-	-	-	-	155.547,19
Dívidas por operações de resseguro	85.321,77	-	-	-	-	-	-	85.321,77
Total do passivo	2.960.462,16	1.468.166,55	675.404,19	354.612,33	202.170,96	486.144,89	-	6.146.961,08
Total do ativo-passivo	8.051.617,07	(1.468.166,55)	(675.404,19)	(354.612,33)	(202.170,96)	(486.144,89)	-	4.865.118,15

* Valores apresentados sem desconto.

31 Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital

31.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

Tal como referido, no âmbito da parceria, a Companhia celebrou com a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. um acordo de prestação de serviços para a gestão técnica e administrativa, a qual abrange a Gestão de Riscos e Gestão de Capital, pelo que todo o sistema de gestão de riscos, políticas e processos, com as devidas adaptações, assenta no que é seguido pelo grupo MAPFRE.

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o *Código de Bom Governo*, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;

- Grelha de autonomias baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência;
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o "rating A" da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se divulgadas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, por cinco comités, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Estes comités, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- Comité Técnico, que elaborará relatórios e propostas no âmbito da política de desenvolvimento dos produtos exclusivos e respetivos preços, a análise da suficiência das reservas, entre outras;
- Comité de Risco, que elaborará relatórios e propostas no âmbito da política de investimento e outras políticas de risco da Companhia, analisará o capital e solvência da Companhia, determinará e informará os Sócios sobre o trabalho realizado e as conclusões extraídas em relação à gestão do ativo e do passivo, entre outras relacionadas;

- Comité Comercial, que elaborará relatórios e propostas sobre o acompanhamento da evolução dos objetivos comerciais do Plano de Negócios da Companhia, a estratégia a curto, médio e longo prazo, o plano comercial, a disponibilidade de produtos, os canais de distribuição utilizados, os objetivos de retenção de carteira no que diz respeito aos produtos exclusivos, entre outros;
- Comité de Informática e Operações, que elaborará relatórios e propostas sobre questões operacionais da Companhia, prestadores de serviços, acordos de nível de prestação de serviços e investimentos em tecnologia, entre outros;
- Comité de Auditoria e Finanças, que elaborará relatórios e propostas sobre a supervisão do processo de relatórios financeiros e sistemas de controlo interno da Companhia, bem como das relações com os auditores externos.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2021.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

31.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

- A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades, de uma forma racional e objetiva, dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos, no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento, acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

- A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

- O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação.

- A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

- Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente, é realizado um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75%, é obrigatoriamente elaborado um plano de ação com o objetivo de os minimizar.

Tendo em conta que a prestação de serviços pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., ocorreu no decorrer de 2021, apenas em 2022 será realizado o apuramento dos índices de criticidade dos riscos operacionais.

31.3. Gestão do risco de epidemia por Covid-19

Durante este ano em que convivemos com a epidemia desencadeada pela Covid-19, soubemos gerir a situação e adaptar-nos aos constantes desafios que foram sendo colocados, sempre com o propósito de minimizar os seus impactos no funcionamento e o património da empresa.

O Plano de Continuidade de Negócio do Grupo MAPFRE, que foi transposto para a Companhia, demonstrou a sua robustez e adequação às necessidades, permitindo manter a atividade da Companhia sem qualquer interrupção ou perda de qualidade de serviço. Por outro lado, a atual solvência da empresa, permitiu e permitirá encarar com uma certa tranquilidade os cenários de stress que ainda possam advir, por mais exigentes que se revelem.

Posto isto, o Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

31.4. Gestão do risco inerente ao conflito na Ucrânia

Em resposta ao atual conflito na Ucrânia, vários países anunciaram sanções económicas sobre a Rússia e Bielorrússia. Estas sanções estão a ser implementadas num curto espaço de tempo e poderão abranger outros indivíduos, outras entidades e uma maior abrangência de bens e serviços.

Os impactos económicos resultantes do conflito podem revestir-se de várias naturezas, tais como: 1) disrupção significativa de operações na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia; 2) desafios de liquidez resultantes das sanções económicas aplicadas; 3) efeitos específicos nos setores da Banca, serviços financeiros, energia, entre outros, resultantes das sanções aplicadas; e 4) aumento da incerteza na economia global. Estes eventos e as condições de mercado atuais podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras das entidades.

O Conselho de Administração da Companhia tem implementado um conjunto de controlos internos relacionados com a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como face a sanções e embargos internacionais, que incluem a análise e verificação de clientes, investimentos e contrapartes contra as listas de sanções internacionais comumente aceites e mandatárias, ao longo de seu processo de aceitação de clientes e monitorização de transações.

Como consequência do acima mencionado em linha com o regularmente já desenvolvido, a Companhia encontra-se a realizar procedimentos de atualização da sua carteira de investimentos e contrapartes, tendo por base as atualizações mais recentes das listas de sanções internacionais verificadas.

Até à data, a Companhia não detetou situações materialmente relevantes nas suas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021. Não obstante, o Conselho de Administração continuará a acompanhar este processo durante o exercício de 2022.

32 Elementos Extrapatrimoniais

A Companhia detém, no final de 2021, o valor de 598.557,00 euros em garantias bancárias prestadas a terceiros. Este montante, refere-se a uma única garantia prestada ao Gabinete Português de Carta Verde, com a finalidade de garantir as responsabilidades decorrentes da qualidade de associada, nomeadamente, no que respeita ao artigo 26.º A. Ponto 1.

33 Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores

Para além dos temas identificados nos pontos 31.3. e 31.4., não existem outros eventos subsequentes que devam ser divulgados.

34 Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

34.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE Santander Portugal, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

Covid-19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Covid-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com a Covid-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é feita, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido. A alteração deverá ser aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

Em 2021, o IASB, estendeu o expediente prático por 12 meses – ou seja, permitindo que os locatários o apliquem a concessões de renda para as quais qualquer redução nos pagamentos da locação afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

As alterações de 2021 são efetivas para períodos de relatório anuais com início em ou após 1 de abril de 2021. Os locatários podem aplicá-las antecipadamente. As alterações de 2021 são aplicadas retrospectivamente, com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido em resultados transitados. Os requisitos de divulgação do Parágrafo 28 (f) 1 da IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros não se empregam na aplicação inicial.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

Reforma de referenciais de Taxa de Juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros – Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR').

As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida

pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

A Companhia não registou quaisquer impactos na adoção da presente interpretação.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016, (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será

mensurado ao custo amortizado, caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de em OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos, cujo contrato base seja um ativo financeiro abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura, resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas”, que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em

causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016 e atualizada em 25 de junho de 2020), permite que uma empresa de seguros que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2023.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar nº3/2018-R emitida pela ASF.

34.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações adotadas pela União Europeia, mas que MAPFRE Santander Portugal, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações

Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios. As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018. As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Em maio de 2020, o IASB emitiu "Ativos fixos tangíveis – Receitas antes do Uso Pretendido", que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis. As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

Face à atividade da Companhia, esta alteração não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato

Em maio de 2020, o IASB emitiu "Contratos Onerosos – Custo de cumprir um contrato", que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo. As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

Melhoramentos do ciclo 2018-2020

Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018-2020, contendo as seguintes alterações às IFRSs: a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou *joint venture*, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS; b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9); c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.

As alterações serão aplicadas para períodos anuais que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

A MAPFRE é a seguradora de referência no mercado espanhol e a maior multinacional seguradora (Não Vida) na América Latina. É um dos 15 maiores grupos europeus em volume de negócio.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu, em 18 de maio de 2017, uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurada e apresentada a *performance* dos contratos de seguro, com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras.

34.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas, para a MAPFRE Santander Portugal, S.A.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu, em 23 de janeiro de 2020, uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente. As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.

As alterações visam: a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relato; b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação; c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023, mas não terá quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgações de políticas contabilísticas

Na sequência de *feedback* obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as entidades a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu, em 12 de fevereiro de 2021, alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS *Practice Statement* 2 – Efetuando julgamentos de materialidade.

As principais alterações à IAS 1 incluem: (i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, (ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e (iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.

O IASB também alterou a IFRS *Practice Statement 2* para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material: "A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras."

As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas

O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas, das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.

As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.

As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospetivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início

do primeiro período de relato anual, ao qual a entidade aplica as alterações.

A Companhia está a avaliar os impactos que esta norma terá nas suas demonstrações financeiras, embora não sejam expectáveis impactos relevantes.

Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

O IASB emitiu alterações à IAS 12 – 'Impostos sobre o Rendimento', em 7 de maio de 2021. As alterações exigem que as entidades reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Em determinadas circunstâncias, as entidades estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as entidades reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as entidades são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.

As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro: aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação Comparativa

A *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao âmbito dos requisitos de transição da IFRS 17 – Contratos de Seguro, proporcionando às empresas de seguros uma opção com o objetivo de melhorar a utilidade das informações para os investidores na aplicação inicial da nova Norma. A alteração não afeta quaisquer outros requisitos da IFRS 17.

A IFRS 17 e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, têm requisitos diferentes de transição. Para algumas empresas de seguros, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez.

A alteração ajudará as empresas de seguros a evitar esses desfasamentos contabilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores.

A IFRS 17, incluindo esta alteração, é efetiva para os períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

Lisboa, 18 de março de 2022

Filipe Tempero
Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vogal

Alvaro Castillo del Carpio

Vogal

Armando Alberto Bordalo Escalda

Vogal

Carla Sofia Sanches Gonzalez de Gouveia Teixeira Quinteiro

Vogal

Francisco del Cura Ayuso

O Secretário do Conselho de Administração

Pedro Ribeiro e Silva

ANEXO 2.1. | 31-12-2021 | DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2020 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2021 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	3.047.547,88	1.309.352,89	2.180.085,37	441.890,38
Acidentes e Doença	391.906,23	111.984,58	275.907,29	(4.014,36)
Acidentes de trabalho	370.062,73	90.312,50	268.683,93	(11.066,30)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21.642,00	21.672,08	7.223,36	7.253,44
Doença	201,50	0,00	0,00	(201,50)
Incêndio e outros danos	411.586,52	229.521,85	127.052,02	(55.012,65)
Automóvel	2.243.300,75	966.348,18	1.777.126,06	500.173,49
Responsabilidade civil	2.116.332,28	885.650,60	1.722.140,85	491.459,17
Outras coberturas	126.968,47	80.697,58	54.985,21	8.714,32
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	754,38	1.275,54	0,00	521,16
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	0,00	222,74	0,00	222,74
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.047.547,88	1.309.352,89	2.180.085,37	441.890,38

* Sinistros ocorridos no ano 2020 e anteriores

ANEXO 2.2. | 31-12-2020 | DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2019 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2020 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	2.677.297,96	1.286.735,18	1.701.443,61	310.880,83
Acidentes e doença	565.108,30	142.030,22	220.467,29	-202.610,79
Incêndio e outros danos	484.236,23	233.015,33	128.535,34	-122.685,56
Automóvel	1.626.699,05	911.689,63	1.352.440,98	637.431,56
Responsabilidade civil	1.504.802,55	806.583,73	1.371.947,57	673.728,75
Outras coberturas	121.896,50	105.105,90	-19.506,59	-36.297,19
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	1.254,38	0,00	0,00	-1.254,38
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.677.297,96	1.286.735,18	1.701.443,61	310.880,83

* Sinistros ocorridos no ano 2019 e anteriores.

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro direto	2.167.864,10	218.672,42	1.142.021,80	3.528.558,32
Acidentes e Doença	150.460,11	29.273,94	29.994,07	209.728,12
Acidentes de trabalho	64.504,86	13.119,39	(74.008,40)	3.615,85
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	85.955,25	16.154,55	104.203,97	206.313,77
Doença	0,00	0,00	(201,50)	(201,50)
Incêndio e outros danos	370.411,78	84.098,08	(62.983,15)	391.526,71
Automóvel	1.646.992,21	102.648,63	1.175.076,43	2.924.717,27
Responsabilidade civil	1.156.284,08	90.737,57	1.072.335,22	2.319.356,87
Outras coberturas	490.708,13	11.911,06	102.741,21	605.360,40
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	0,00	1.408,00	-754,38	653,62
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	0,00	1.243,77	688,83	1.932,60
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.167.864,10	218.672,42	1.142.021,80	3.528.558,32

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro direto	2.425.742,35	133.699,52	396.853,18	2.956.295,05
Acidentes e Doença	127.247,31	19.787,41	(166.041,92)	(19.007,20)
Acidentes de trabalho	97.461,50	4.730,43	(163.453,97)	(61.262,04)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	29.785,81	14.789,72	(2.587,95)	41.987,58
Doença	0,00	267,26	0,00	267,26
Incêndio e outros danos	335.678,87	77.724,09	(72.649,71)	340.753,25
Automóvel	1.962.816,17	34.583,63	636.044,81	2.633.444,61
Responsabilidade civil	1.446.652,38	34.583,63	630.972,84	2.112.208,85
Outras coberturas	516.163,79	0,00	5.071,97	521.235,76
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	0,00	1.604,39	(500,00)	1.104,39
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.425.742,35	133.699,52	396.853,18	2.956.295,05

Ramos/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Seguro direto	4.239.187,35	3.456.144,85	3.528.558,32	1.524.459,21	(623.865,22)
Acidentes e Doença	290.145,15	316.697,28	209.728,12	287.368,16	62.756,91
Acidentes de trabalho	43.446,99	47.431,36	3.615,85	97.091,62	(3.149,25)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	246.698,16	269.265,92	206.313,77	190.276,54	65.906,16
Doença	0,00	0,00	-201,50	0,00	0,00
Incêndio e outros danos	830.284,02	787.991,78	391.526,71	465.701,16	(297.282,14)
Automóvel	3.061.327,39	2.325.584,32	2.924.717,27	741.086,51	(383.054,48)
Responsabilidade civil	1.782.744,33	1.297.131,21	2.319.356,87	554.487,67	(136.825,34)
Outras coberturas	1.278.583,06	1.028.453,11	605.360,40	186.598,84	(246.229,14)
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	24.496,71	9.694,38	653,62	18.874,20	(2.447,54)
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	32.934,08	16.177,09	1.932,60	11.429,18	(3.837,97)
Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.239.187,35	3.456.144,85	3.528.558,32	1.524.459,21	(623.865,22)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Ramos/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Seguro direto	2.883.064,74	3.159.335,17	2.956.295,05	1.197.905,51	(259.433,26)
Acidentes e Doença	386.969,14	420.947,20	(19.007,20)	344.369,84	(38.099,33)
Acidentes de trabalho	77.501,72	79.349,89	-61.262,04	56.304,99	(4.752,54)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	309.467,42	341.587,55	41.987,58	270.600,32	(33.346,79)
Doença	0,00	9,76	267,26	17.464,53	0,00
Incêndio e outros danos	602.088,32	672.309,21	340.753,25	486.170,65	(222.982,43)
Automóvel	1.676.445,85	1.829.836,08	2.633.444,61	312.335,35	202.516,86
Responsabilidade civil	999.087,63	1.089.239,43	2.112.208,85	209.491,21	299.127,42
Outras coberturas	677.358,22	740.596,65	521.235,76	102.844,14	(96.610,56)
Marítimo e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias transportadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidade civil geral	5.201,59	6.074,67	1.104,39	33.312,91	(2.821,71)
Crédito e caução	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção jurídica	8.126,18	8.817,08	0,00	838,59	(8.071,72)
Diversos	204.233,66	221.350,93	0,00	20.878,17	(189.974,93)
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.883.064,74	3.159.335,17	2.956.295,05	1.197.905,51	(259.433,26)

* Sem dedução da parte dos resseguradores



[05]

Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 13.297.285,54 euros e um total de capital próprio de 5.345.786,29 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.870.372,47 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489 - Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o n.º PT 502 161 078



Provisão para Sinistros – Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho (4.189.569,68 euros)

Em 31 de dezembro de 2021, a Provisão para sinistros, representa cerca de 53% do Passivo à mesma data, conforme nota 9 às demonstrações financeiras.

O Risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Realizámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*) na estimativa do valor da provisão para sinistros;
- Avaliámos a metodologia e os pressupostos significativos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respetiva provisão para sinistros;
- Realizámos uma análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores;
- Avaliámos a informação produzida pela área de atuariado da Entidade;
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisão para Sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (pensões) (239.366,90 euros)

Em 31 de dezembro de 2021, do montante da Provisão para Sinistros, 239.366,90 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 9 às demonstrações financeiras da Entidade.

O Risco

A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado com responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado dos ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação pela Entidade dos controlos relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Realizámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada, incluindo as taxas de reinvestimento;
- Avaliámos a informação produzida pela área de atuariado da Entidade;
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de outubro de 2020 para auditar o ano de 2020 e completar o mandato que termina em 2021.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 24 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e



- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

25 de março de 2022

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes
(ROC n.º 1581 e registado na CMVM com o n.º 20161191)



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2021

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2021, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As dez reuniões que o Conselho Fiscal efetuou relacionadas designadamente com o acompanhamento da atividade e com as contas de 2021 da Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), tiveram a participação de todos os seus membros, tendo seis delas contado com a presença de membros do Conselho de Administração, de responsáveis pelo departamento financeiro e pelo departamento de auditoria e de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2021 e a proposta de aplicação de resultados a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2021, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação periódica sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, ao relatório ORSA, bem como aos relatórios periódicos e às atas das comissões que têm por objeto o acompanhamento da auditoria, finanças, gestão de risco e solvência.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados. Foi acompanhado o desenvolvimento do processo de implementação da IFRS 17, que entrará em vigor no ano de 2023.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, pelo que o Conselho Fiscal: (i) entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia; (ii) salienta que naquele relatório se incluí a manifestação de confiança do Conselho de Administração de que, não obstante alguma incerteza associada à pandemia COVID-19, a Companhia terá a capacidade de ultrapassar as dificuldades que possam daí advir sem colocar em causa o desenvolvimento da atividade e os indicadores patrimoniais relevantes, mormente a liquidez e os níveis de capital; e (iii) regista que no mesmo relatório se refere que, decorrentes do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia e das sanções a ele ligadas, os impactos económicos poderão ser relevantes nas demonstrações financeiras das entidades, sendo que até à data não se detetaram situações materialmente significativas nas contas da Companhia.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foi, ainda, analisado o pedido de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, conseqüentemente, emitido o correspondente parecer de aprovação.

Na contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2021;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 29 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **José Luís Areal Alves da Cunha**
Num. de Identificação: 01081065
Data: 2022.03.29 18:55:12+01'00'

José Luís Areal Alves da Cunha (Presidente)

Assinado por: **António Baia Engana**
Num. de Identificação: 01121249
Data: 2022.03.29 18:12:22+01'00'

António Baia Engana (Vogal)

Assinado por: **Maria Manuela de Carvalho Silva
Vinhas Lourenço**
Num. de Identificação: 01264171
Data: 2022.03.29 18:41:57+01'00'




Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

RELATÓRIO E CONTAS 2021
MAPFRE Santander Portugal, S.A.

Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,
Edifício Zenith – Miraflares
1495-131 ALGÉS. Portugal

www.mapfresantander.pt

Design, paginação e revisão: Choice – Comunicação Global, Lda.

   [choice.pt](https://www.choice.pt)